

An aerial photograph of a large offshore oil rig, likely a FPSO (Floating Production Storage and Offloading) vessel, sailing on the dark blue ocean. The rig is a complex of steel structures, pipes, and platforms, with a prominent red hull. The rig is viewed from a high angle, showing its intricate layout and the surrounding sea.

GESTÃO EMPRESARIAL

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DO GRUPO BRASIL DE EMPRESAS DE CONTABILIDADE
ABRIL/MAIO/JUNHO/2009 ANO 4 - Nº 12

Em busca do petróleo

É hora de buscar o ouro negro sob as águas do Atlântico. Devon Energy conta os desafios dessa missão no Brasil

Previdência com nova cara

Ministro José Pimentel mostra os avanços da Previdência e as estratégias de gestão que têm levado aos bons resultados

Cultura do conflito x Cultura da pacificação

A adesão crescente do brasileiro aos recursos de mediação e arbitragem como alternativas de resolução de litígios fora da morosa estrutura judicial

AC - RIO BRANCO

ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PRADO
Rua Pará, 107 Cadeia Velha
69900-440 - Rio Branco - AC
Tel. (68) 3224-3019
www.orgconprado.com.br

AL - MACEIÓ

CONTROLE CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Guedes Gondim, 128
57020-260 - Maceió - AL
Tel. (82) 2121-0000
www.controleonline.com.br

AM - MANAUS

DHC AUDITORIA
Avenida Djalma Batista, 1007 1º andar
69053-355 - Manaus - AM
Tel. (92) 3182-3388
www.dhcmanaus.com.br

AP - MACAPÁ

ÉTICA INSTITUTO CONTÁBIL
Rua Mamedio Amaral da Silva, 138, Térreo
68908-300 - Macapá - AP
Tel. (96) 3241-5529
www.eticainstitutocontabil.com.br

BA - SALVADOR

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE CONTABILIDADE
Rua Torquato Bahia, 04 - 11º andar
40015-110 - Comércio - Salvador - BA
Tel. (71) 2104-5401
www.organizacaoasilveira.com.br

CE - FORTALEZA

MARPE - CONTADORES ASSOCIADOS
Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres
60130-241 - Fortaleza - CE
Tel. (85) 3401-2499
www.marpecontabilidade.com.br

DF - BRASÍLIA

AGENDA CONTÁBIL
SCS, Q. 02, Bl. C, nr. 92, conj. 202/4 - ASA SUL
70302-908 - Brasília - DF
Tel. (61) 3321-1101
www.agendacontabil.com.br

ES - VITÓRIA

UNICON - UNIÃO CONTÁBIL
Rua Graciano Neves, 230 - Centro
29015-330 - Vitória - ES
Tel. (27) 2104-0900
www.unicon.com.br

GO - GOIÂNIA

CONTACT - CONTABILIDADE
Av. Oeste, 319 - Setor Aeroporto
74075-110 - Goiânia - GO
Tel. (62) 3240-0400
www.contactnet.com.br

MA - SÃO LUÍS

ASSESSORIA E CONSULTORIA REAL
Av. Borborema, quadra 18 - nº 22 - Calhau
65071-360 - São Luís - MA
Tel. (98) 3313-8900
www.assessoriareal.com.br

MG - BELO HORIZONTE

MATUR ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
Rua Carijós, 244 - 11º andar
30120-060 - Belo Horizonte - MG
Tel. (31) 3273-8111
www.matur.com.br

MG - JUIZ DE FORA

TECOL - CONSULTORIA EMPRESARIAL
Rua Dr. João Pinheiro, 173
36015-040 - Juiz de Fora - MG
Tel. (32) 3215-6631
www.tecol.com.br

MS - CAMPO GRANDE

AUDITA AUDITORIA E CONTABILIDADE
Rua Olavo Bilac, 20
79005-090 - Campo Grande - MS
Tel. (67) 3383-1892
www.auditacontabilidade.com.br

MT - CUIABÁ

CONTABILIDADE SCALCO
Rua Comandante Costa, 1519 - Térreo
78020-400 - Cuiabá - MT
Tel. (65) 3363-1600
www.scalcomt.com.br

PA - BELÉM

C&C CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Travessa Nove de Janeiro, 2275 - 1º andar
66063-260 - Belém - PA
Tel. (91) 3249-9768
www.cec.cnt.br

PB - JOÃO PESSOA

ROBERTO CAVALCANTI & ASSOCIADOS
Av. Almirante Barroso, 1020 - Torre
58040-220 - João Pessoa - PB
Tel. (83) 3048-4243
www.robertocavalcanti.cnt.br

PE - RECIFE

ACENE ASSESSORIA E CONSULTORIA
Rua João Ivo da Silva, 323 - Madalena
50720-100 - Recife - PE
Tel. (81) 2125-0300
www.acenecontabilidade.com.br

PI - TERESINA

ANÁLISE CONTABILIDADE
Rua Valença, 3.453 - Sul Bairro Tabuleta
64018-535 - Teresina - PI
Tel. (86) 3222-6337
www.analisecontabilidade.com.br

PR - CURITIBA

EACO - CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Rua XV de Novembro, 297 - 7º andar
80020-310 - Curitiba - PR
Tel. (41) 3224-9208
www.eaco.com.br

PR - CASCAVEL

VANIN CONTADORES ASSOCIADOS
Rua São Paulo, 1721
85801-021 - Cascavel - PR
Tel. (45) 2104-7000
www.vanin.com

PR - LONDRINA

CONTAD ASSESSORIA CONTÁBIL
Rua Senador Souza Naves, 289 - Sala 4
86010-914 - Londrina - PR
Tel. (43) 3324-4428
www.contadassessoria.com.br

RJ - RIO DE JANEIRO - MACAÉ

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Av. Rio Branco, 311 - 4º andar - Centro
20040-903 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 3231-3700
www.dpc.com.br

RN - NATAL

RUI CADETE CONSULTORES E AUDITORES
Rua Apodi, 209
59025-170 - Natal - RN
Tel. (84) 3616-5500
www.ruicadete.com.br

RO - PORTO VELHO

D. DUWE CONTABILIDADE
Rua Júlio de Castilho, 730 - Olaria
76801-238 - Porto Velho - RO
Tel. (69) 2182-3388
www.dduwe.com.br

RR - BOA VISTA

SAMPAYO FERRAZ CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Ajuricaba, 738 - Centro
69301-070 - Boa Vista - RR
Tel. (95) 3224-0544
pnfs@click21.com.br

RS - PORTO ALEGRE

GATTI ASSESSORIA FISCAL E CONTÁBIL
Rua Santa Catarina, 361
91030-330 - Porto Alegre - RS
Tel. (51) 2108-9900
www.gatti.com.br

SC - FLORIANÓPOLIS

RG CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Dom Jaime Câmara, 77 - Sala 101
88015-120 - Florianópolis - SC
Tel. (48) 3025-6424
www.rgcontadores.com.br

SC - BLUMENAU - JOINVILLE - ITAJAÍ

J. MAINHARDT & ASSOCIADOS
Rua 2 de Setembro, 2639 - 1, 2, 3 ands.
89052-001 - Blumenau - SC
Blumenau - Tel. (47) 3231-8800
www.mainhardt.com.br

SE - ARACAJU

SERCON SERVIÇOS CONTÁBEIS
Rua Siriri, 513 - Centro
49010-450 - Aracaju - SE
Tel. (79) 2106-6400
www.sercontabil.com.br

SP - SÃO PAULO

ORCOSE CONTABILIDADE E ASSESSORIA
Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3531-3233
www.orcose.com.br

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Rua Sampaio Viana, 277 - 10º andar - Paraíso
04004-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3884-1116
www.dpc.com.br

TO - PALMAS

CONTATO CONTABILIDADE
Av. JK - 104 - N. Cj 01 - Lote 39 A - SI 5
77006-014 - Palmas - TO
Tel. (63) 3219 7100
www.contatopalmas.com.br

GBRASIL (Sede)

Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

NOS BASTIDORES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO

Nesta edição trouxemos o desafio da Devon Energy, uma das companhias de exploração de petróleo que hoje buscam o ouro negro no Brasil; esteja ele sob as águas do Atlântico ou em diversos blocos terrestres concedidos pelo governo brasileiro nos leilões realizados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. Surpreendente saber quanto é necessário investir e por tanto tempo para que se chegue a uma situação de lucro. A Devon é uma companhia americana que aqui no Brasil tem seus negócios acompanhados na parte fiscal e contábil pela Domingues e Pinho Contadores | GBrasil, no Rio de Janeiro.



Foto: Renato Velasco

A entrevista especial deste trimestre é com o ministro da Previdência Social, José Pimentel. Feita a quatro mãos, contando com o apoio da equipe de comunicação do Ministério, Pimentel nos mostra um pouco do que vem sendo feito para a modernização do órgão e também para o controle das finanças naquela pasta. O fato é que a Previdência sempre esteve na mídia por causa dos escândalos envolvendo fraudes, o atendimento desumano aos segurados e o eterno déficit nas contas – o dinheiro que se arrecada não é suficiente para o pagamento dos benefícios: aposentadorias, pensões e auxílios diversos. Com a ajuda da tecnologia da informação e vontade política, as fraudes e o atendimento moroso vêm sendo minimizados. Resta agora o equilíbrio das contas, um desafio bilionário.

Em nossa reportagem de comércio exterior, focamos os negócios do Brasil com a Espanha. Apesar do mal-estar diplomático, com os episódios recentes envolvendo a deportação de turistas brasileiros no aeroporto internacional daquele País, o intercâmbio comercial entre os dois países continua em alta, marcado por crescentes investimentos espanhóis por aqui. Existe uma constatação importante no ambiente do comércio internacional de que o Brasil passa a ser o portão principal de entrada no mercado latinoamericano. A Espanha, nos mostra a reportagem, tem seguido essa regra.

Assunto não menos importante nesta edição é o uso da mediação e arbitragem como alternativas de resolução de conflitos fora da estrutura judicial. Vencendo preconceitos e melhor difundidos, os dois recursos previstos em lei desde 1996 vem sendo adotados no ambiente de negócios como forma de fugir do judiciário. Uma estrutura morosa e concentrada num dualismo que não motiva a conciliação e a resolução dos conflitos entre as partes litigantes. Na Justiça comum, se ganha ou se perde. Na mediação, conciliação e arbitragem o objetivo é chegar primeiramente a um bom termo entre as partes, em que todos saiam satisfeitos. Caso contrário, arbitra-se com conhecimento técnico sobre a causa. Nada mais justo. Boa leitura!

REINALDO SILVEIRA

Presidente do GBrasil

gbrasil@gbrasilcontabilidade.com.br



Capa

Editorial 3

NOS BASTIDORES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO

Entrevista 5

JOSÉ PIMENTEL

Práticas do Bem 8

UMA FÁBRICA DE SONHOS

Petróleo & Gás 10

DEVON ENERGY:
EM BUSCA DO OURO NEGRO

Comércio Exterior 14

ESPAÑA – NÃO MAIS ESTRANHOS

Mediação & Arbitragem 18

A DOCE VITÓRIA DA CULTURA DA PACIFICAÇÃO

Análise 22

ENTENDENDO AS OPERAÇÕES
COM CRÉDITOS DE CARBONO

Em Síntese 27

- . CRISE EM PAUTA NO 31º ENCONTRO GBRASIL
- . TOTVS EM CRESCIMENTO
- . 25 ANOS DA DOMINGUES E PINHO CONTADORES
- . DICAS SOBRE IRPF
- . CERTIFICAÇÃO DIGITAL PARA ADVOGADOS
- . J. RIBEIRO ELEITO VICE-PREFEITO DE LONDRINA-PR
- . GBRASIL NA CÂMARA AMERICANA DO RJ
- . NEGÓCIOS NA LÍNGUA PORTUGUESA
- . CLUB DE REGATAS DO VASCO GANHA BARCO DA DPC

Em Tese 28

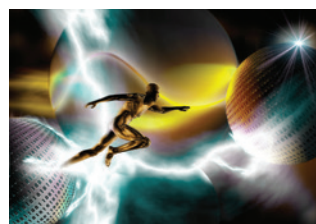
CONTROLE FISCAL: SPED OU 'SPEED'?

Sustentabilidade 30

AS BOAS PRÁTICAS DA INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

Consultoria GBrasil 22

- . CONTABILIZAÇÃO DE BENS E DIREITOS IMATERIAIS
- . TRIBUTAÇÃO EM VENDAS DE QUOTAS DE CAPITAL
- . BALANÇOS ANUAIS E A LEI 11.638/07
- . DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS X PREJUÍZOS ACUMULADOS
- . REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PJ



28



Renato Velasco

8

Getty Images



22



18

Ricardo Stuckert



14

Gestão Empresarial é uma publicação trimestral do GBrasil - Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, distribuída a clientes e parceiros estratégicos em todo o território nacional

ENDEREÇO DA SEDE GBRASIL
Av. Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo-SP
Tel./Fax: 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Pedro Coelho Neto
(Marpe Contadores Associados)
Reinaldo Cardoso da Silveira
(Org. Silveira de Contabilidade)
Nilson José Goedert
(RG Contadores Associados)
Manuel Domingues e Pinho
(Domingues e Pinho Contadores)
Rider Rodrigues Pontes
(Unicon - União Contábil)

PRODUÇÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Conteúdo Comunicação &
Luna Editora
www.conteudocomunicacao.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Diva de Moura Borges
diva.borges@uol.com.br
Tel. (11) 3814.8436

RELAÇÕES COM ANUNCIANTES
Pedro A. de Jesus
Mundo Verde Anúncios
anunciosmundoverde@bol.com.br
Tel. (11) 3875.0308 (11) 9137-7639

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:
Alexandre Silva
Amanda Polatto
Carolina Costa
Francisco Freire Ribeiro
Leandro Rodriguez
Mario Mateus

REVISÃO
(SOB NOVA ORTOGRAFIA)
José Paulo Ferrer

PROJETO GRÁFICO
Moema Cavalcanti

FOTOGRAFIAS & ILUSTRAÇÕES
João de Brito Coelho Jr (PI)
Getty Images (SP)
Gilberto Viegas (SC)
Hélcio Nagamine (RJ)
Marcelo Ventura (SP)
Marcello Casa/ABr (DF)
Marcos Salles (MA)
Newton Santos (Hype Fotografia)
Paulo Pamplim/Hype Fotografia (SP)
Renato Velasco (RJ)
Ricardo Stuckert/ABr (DF)
Weimer Carvalho (GO)

As demais imagens utilizadas nesta edição foram cedidas de arquivos pessoais ou divulgação das empresas e entidades citadas.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:
10.000 exemplares

IMPRESSÃO
Leograf Editora, em papel couché
brilho 150g (miolo) e couché 180g
(capa)

A NOVA PREVIDÊNCIA

José Pimentel, ministro da Previdência Social

JOSÉ BARROSO PIMENTEL, NATURAL DE PICOS (PI), É ADVOGADO, SINDICALISTA E BANCÁRIO. EM 2006, FOI ELEITO PELA QUARTA VEZ DEPUTADO FEDERAL (PT-CE). EM SUA JORNADA LEGISLATIVA JÁ OCUPOU CARGOS EXPRESSIVOS, COMO O DE RELATOR DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA. É AUTOR DAS RECENTES MODIFICAÇÕES NA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. A CONVITE DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM JUNHO DE 2008, LICENCIOU-SE DA CÂMARA PARA ASSUMIR O CARGO DE MINISTRO DA PREVIDÊNCIA. NESTA ENTREVISTA À **GESTÃO EMPRESARIAL**, ELE FALA SOBRE A NOVA PREVIDÊNCIA.

POR DIVA BORGES E FRANCISCO FREIRE RIBEIRO

Marcello Casal Jr./ABr



Gestão – O senhor completará agora, em junho, um ano à frente do Ministério da Previdência Social. Quais são as principais conquistas que o senhor poderia anunciar até o momento e, ainda, os principais desafios de gestão, a curto prazo, desta pasta?

J.B.Pimentel – A determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi de que aproximássemos a Previdência Social dos brasileiros, melhorando cada vez mais o atendimento. A nossa Previdência é uma das instituições que mais protegem o trabalhador e sua família. Mesmo antes de nascer, a criança já conta com o salário-maternidade que é pago à mãe gestante. Essa criança cresce, vai para o mercado e o trabalhador fica protegido

durante toda a sua vida laboral, com o auxílio-doença e o auxílio-acidente até a sua aposentadoria. Trabalhamos todos os dias para incluir o maior número possível de brasileiros no sistema previdenciário e dar a eles atendimento de qualidade. No momento, estamos trabalhando para incluir onze milhões de brasileiros na Previdência. São feirantes, camelôs, sacoleiras, doceiros, pipoqueiros, borracheiros, trabalhadores que estão na informalidade, por meio da implantação do microempreendedor individual (MEI). Como consequência da Lei Complementar 128, que aperfeiçoou o Simples Nacional, foi criada a figura do MEI, que tem como objetivo levar milhões de trabalhadores a formalizarem seus pequenos negócios. Eles serão isentos de impostos federais e contribuirão com R\$ 1 para o seu Estado, a título de ICMS, ou R\$ 5 para o seu município a título de ISS, se forem prestadores de serviço. Para ter direito à proteção da nossa Previdência, contribuirá com R\$ 51,15. Também estamos preparando ações para atrair mais trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil para o sistema previdenciário.

Gestão – Em 2008, as contas do Regime Geral de Previdência Social apontaram a maior queda no déficit desde 1995. Podemos comemorar o equilíbrio das contas?

J.B.Pimentel – É um processo. Estamos trabalhando para tornar a Previdência Social urbana superavitária em 2010. A melhoria das contas foi fruto do crescimento econômico e do processo muito forte

de formalização das micro e pequenas empresas, por meio do Simples Nacional. Só para você ter uma idéia, o número de empresas formais subiu de 1,3 milhão em junho de 2007, quando vigorava o Simples Federal, para 3,1 milhões em dezembro de 2008, com a vigência do Simples Nacional. A nossa arrecadação proveniente das empresas do Simples Nacional aumentou de R\$ 700 milhões em janeiro para 1,7 bilhão em março. Outro fator que foi fundamental para que atingíssemos este resultado foram ações de gestão, com consequente redução nas despesas. Entre eles, podemos destacar a capacitação de servidores e a melhoria dos processos internos. Neste período, também substituímos os médicos peritos terceirizados por profissionais concursados. Em 2008, a receita da Previdência foi de R\$ 163,3 bilhões, valor 16,3% superior aos R\$140,4 bilhões arrecadados em 2007. Com isso, apesar do crescimento de 7,7% na despesa com benefício, obtivemos a menor necessidade de financiamento desde 1995, com R\$ 36,2 bilhões em 2008, valor 19% inferior aos R\$ 44,9 bilhões registrados em 2007.

Gestão – Qual é a arrecadação da área urbana e rural?

J.B.Pimentel – Em 2008, foram arrecadados R\$ 161,9 bilhões na área urbana e R\$ 5,1 bilhões na área rural. É importante dizer que a contribuição do trabalhador rural é facultativa, conforme define a Constituição de 1988. Por isso, ela será sempre subsidiada pela sociedade brasileira. Já a previdência urbana é contributiva e deve ser sustentável, atuarialmente.

Gestão – Qual o valor de benefícios pagos para a área urbana e a área rural?

J.B.Pimentel – Todos os meses, a Previdência Social paga, rigorosamente em dia, a mais de 26 milhões de beneficiários, em qualquer ponto do país. A folha de pagamento de março foi de 26,3 milhões de benefícios. Deste total, 18,3 milhões foram beneficiários urbanos e 7,9 milhões rurais. Os pagamentos aos segurados urbanos e rurais somaram, respectivamente, R\$ 13,4 bilhões e R\$ 3,4 bilhões. O repasse da Previdência Social ajuda a desenvolver o comércio local. Para você ter uma idéia, o volume de recursos transferido para a maioria dos municípios brasileiros supera o valor recebido pelas cidades do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Gestão – O que o MPS tem feito e efetivamente alcançado para a busca de um melhor atendimento ao segurado?

J.B.Pimentel – Estamos investindo no reconhecimento automático de direito dos segurados. Depois de um intenso trabalho na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conseguimos aprovar

a Lei Complementar 128, em dezembro do ano passado. A lei autorizou a Previdência Social a utilizar os dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para fins de comprovação de vínculos empregatícios e de contribuições, dispensando o segurado de apresentar um saco de documentos. No dia 2 de janeiro deste ano, dez dias apenas após a publicação da Lei Complementar 128 no *Diário Oficial da União*, passamos a conceder aposentadorias por idade em 30 minutos na área urbana. No dia 27 de janeiro, antecipamos o cronograma e passamos a conceder o salário-maternidade e aposentadoria por tempo de contribuição em 30 minutos, em cerimônia com a presença do presidente Lula, na Agência da Previdência Social na Vila Mariana, em São Paulo. A antecipação no reconhecimento automático destes benefícios se deu graças ao esforço dos servidores da Previdência Social, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social). Todos estão envolvidos no novo conceito da Previdência Social, que é o de reconhecer o direito do segurado. A partir de julho, os segurados especiais (agricultor familiar, pescador artesanal, extrativista, indígena e quilombola) também poderão se aposentar em apenas meia hora. Em maio, vamos implantar um novo serviço e dar mais um passo na melhoria do atendimento. Por meio de convênio, o Banco do Brasil e a CEF disponibilizarão o extrato de contribuições previdenciárias para seus correntistas e, no caso especial da Caixa, para os trabalhadores que possuem conta de FGTS. Isso será muito positivo porque o trabalhador poderá identificar falhas ou inexistência de informações cadastrais e corrigi-las, com tranquilidade, antes de requerer sua aposentadoria.

Gestão – E as fraudes? Como o Ministério tem trabalhado para coibir desvios e pagamentos indevidos?

J.B.Pimentel – Todas as nossas ações são no sentido de dar maior transparência aos atos da Previdência Social e aos benefícios pagos pelo INSS. Como o universo de segurados é grande – 26 milhões –, procuramos, permanentemente, criar ferramentas que protejam o sistema previdenciário. O CNIS, ao cruzar vários bancos de dados do governo federal, agiliza a concessão de benefícios e colabora para redução de fraudes. O sistema permite o monitoramento e qualquer ação suspeita é logo identificada, facilitando as investigações. A Força Tarefa Previdenciária, na qual atuamos ao lado da Polícia Federal e do Ministério Público, vem coibindo a ação de fraudadores. Em 2008, registramos 506 mandados de busca e apreensão e 313 mandados

de prisão temporária. De 2003 até dezembro de 2008, foram realizadas 181 operações, expedidos 1.580 mandados de busca e apreensão e cumpridos 1.164 mandados de prisão temporária. O cidadão também pode colaborar no combate às fraudes. Qualquer pessoa pode fazer denúncia por meio do telefone 135. A Central Telefônica da Previdência Social, além de ter sido decisiva para o fim das filas nas agências do INSS, melhorando a qualidade no atendimento à população, é um dos canais de entrada de denúncias, sobretudo as que se referem à concessão irregular de benefícios. Todas as denúncias são apuradas e, quando confirmadas, imediatamente tomamos as devidas providências administrativas e judiciais.

Gestão – Os relatórios do MPS mostram que existem hoje 30,1 milhões de cidadãos economicamente ativos mas que estão fora do sistema. Quais são as estratégias do governo para inclusão previdenciária no país?

J.B.Pimentel – No momento, estamos criando as condições para estimular a formalização, a partir de 1º de julho, do microempreendedor individual. Com isenção total de impostos federais e uma contribuição reduzida para o INSS, eles terão direito à proteção da Previdência Social. Pesquisa do IBGE apontou que há onze milhões de homens e mulheres que se enquadram no perfil do microempreendedor individual. São trabalhadores informais com renda anual de até R\$ 36 mil e que teriam condições de contribuir com a Previdência, mas ainda estão fora do sistema previdenciário. O que estamos fazendo neste momento é um trabalho de esclarecimento deste público, mostrando os benefícios a que terão direito. Além da aposentadoria, com tempo mínimo de 15 anos de contribuição, os microempreendedores individuais passam a ter, logo após a primeira contribuição, direito a benefícios como o auxílio-doença, auxílio-acidente e salário-maternidade. A mesma PNAD de 2007 revelou que há 4,1 milhões de trabalhadores domésticos desprotegidos. O governo Lula, ao editar medidas que permitem a compensação do que é pago aos trabalhadores domésticos no Imposto de Renda de Pessoa Física, está estimulando a classe média a assinar a carteira do trabalhador doméstico. Isso possibilita o acesso dessa trabalhadora à proteção da nossa Previdência, o que representa mais dignidade e respeito. Os trabalhadores da construção civil são o terceiro público prioritário a quem pretendemos atingir. De acordo com o IBGE, 3,7 milhões de operários da construção civil estão desprotegidos. Estamos trabalhando para mudar essa realidade e, dessa forma, dar mais tranquilidade a esses trabalhadores e às suas famílias.



O CIDADÃO TAMBÉM PODE COLABORAR NO COMBATE ÀS FRAUDES NA PREVIDÊNCIA. QUALQUER PESSOA PODE FAZER DENÚNCIA POR MEIO DO TELEFONE 135

Gestão – Ministro, o senhor acumula um vasto conhecimento histórico da matéria previdenciária. Na sua opinião, quais foram as principais conquistas da Previdência na gestão Lula?

J.B.Pimentel – Muitos avanços ocorreram durante o governo Lula. Certamente, a criação dos canais de atendimento remoto, como a Central 135 e a internet, representaram um marco porque acabaram com as filas e possibilitaram à Previdência a organização do atendimento. Com esse serviço, os segurados são atendidos com data e hora marcadas, sem que percam seu tempo. Outro grande passo foi a implantação do reconhecimento automático de direitos. Na prática, aposentamos o saco de documentos exigido do segurado no momento em que ele requeria o benefício e adotamos a agilidade como prática na concessão de benefícios. Para isso, o governo realizou investimentos em tecnologia, na capacitação permanente dos servidores e na melhoria da estrutura, com uma rede de agências mais moderna, atendendo aos requisitos de acessibilidade e automação. Ainda estamos avançando na ampliação da rede. Serão investidos R\$ 821 milhões nas novas agências e na recuperação de unidades que já estão em funcionamento. Trabalhamos também no equilíbrio das contas para que até o final do governo Lula a Previdência seja superavitária na área urbana. O desafio é implantar uma cultura de modernização constante para que os servidores deem continuidade às melhorias. Afinal, a nossa Previdência precisa acompanhar as mudanças, sempre se adaptando e se modernizando para atender bem às expectativas da sociedade brasileira, com eficiência e qualidade. □

UMA FÁBRICA DE SONHOS

Instituto Reação, no Rio de Janeiro, transforma a vida de crianças e jovens de baixa renda com a prática de judô e suporte escolar

Se o homem é do tamanho do seu sonho, como dizia o poeta Fernando Pessoa, nada mais propício dizer que o Instituto Reação, no Rio de Janeiro, é uma fábrica de grandes sonhos. O projeto, idealizado pelo judoca e medalhista olímpico Flávio Canto, abarca quase 1.000 crianças e jovens de 4 a 25 anos, em quatro pontos da capital carioca: Rocinha, Cidade de Deus, Ilha do Governador e Lagoa. Nestes núcleos, o projeto tem conseguido reescrever o destino de muitos jovens de baixa renda por meio do ensino do judô, abrindo as cortinas do sonho de uma vida melhor e menos desigual.

A história da entidade pode ser remontada por meio de Rodrigo Borges, 28 anos, professor de judô e ginástica, mais conhecido como Feijão. Ao ser perguntado sobre o idealizador da ONG, a voz se modifica e dá vazão aos sentimentos: “Difícil falar sobre Flávio, pois ele me emociona muito. Só o fato de ser uma pessoa de classe média alta, na ponta da pirâmide social, que decidiu sair de sua casa e vir aqui para a comunidade da Rocinha, já o torna especial. Uma pessoa que não se conforma com a diferenças sociais tão grandes e se propõe a lutar, por meio do ensino do judô, para diminuir essas diferenças e dar novas perspectivas a crianças e jovens carentes, o faz ainda mais especial. O nome ‘reação’ já diz tudo. É reagir a esse estado de coisas”, diz. Feijão tem cátedra para falar do Instituto.



Flávio Canto, medalhista olímpico de judô e idealizador do Instituto Reação (à esq.) e Rodrigo Borges (o professor “Feijão”), oriundo do Núcleo da ONG na Rocinha, no Rio: um destino reescrito por meio da prática do esporte

Ele começou ali bem jovem, aos 17 anos, quando o projeto tinha outro nome e outro idealizador. O Educação Criança Futuro, do professor Pedro Gama Filho, teve sua semente quase deteriorada no ano 2000, não fosse Flávio Canto. Àquela época, o atleta olímpico era professor voluntário do projeto e com a morte de seu idealizador, o programa foi perdendo tudo: verbas, professores contratados e até o espaço físico. “Só ficou mesmo a turma do Flávio, que era voluntário.” Feijão pertencia a essa turma de alunos que, sem lugar para treinar, foi com Flávio para a praia se exercitar.

Esse meio-tempo serviu para o judoca olímpico estruturar uma ONG que pudesse receber seu grupo de alunos. Em 2003, nascia o Instituto Reação. A vida de Feijão ganhou a partir daí um novo impulso. Tornou-se monitor do projeto e estudante de Educação Física na Universidade Gama Filho, graças a uma bolsa de estudos. Em 2007, com a conclusão da faculdade, tornou-se professor na ONG e hoje divide seu tempo entre o Instituto Reação e o trabalho em academias de ginástica. No final de 2008, comemorou outra conquista: a faixa preta no judô.

Apesar de pertencer à mais nobre das categorias dessa modalidade esportiva, o judoca prefere concentrar seu trabalho no setor de ensino e não nos campeonatos. “Nunca pensei

em ser um grande atleta como Flávio. Prefiro ser mensageiro desse esporte, ser um professor e ajudar a preparar atletas para competição”, revela Feijão. Na verdade, o judô para ele sempre foi uma paixão. “Não tinha dinheiro para frequentar uma academia de judô e quando vi a oportunidade, abracei”, lembra. Para ele, a sua trajetória mudou a partir dali. “A minha expectativa, como a de muitos outros jovens da minha comunidade, era terminar o segundo grau e ir trabalhar para ajudar a família. Hoje, vejo que quebrei um círculo vicioso e reescrevi minha história, mudei meu destino”, diz.

Para Feijão, o grande apelo do judô é quase um paralelo com a vida. “O ponto forte não é derubar. É cair, levantar e continuar lutando. Esse é o ponto forte, simbólico para a vida lá fora”.

O Instituto Reação tem hoje grandes promessas para o judô brasileiro. Entre elas, as irmãs Raquel e Rafaela Lopes, da Cidade de Deus, e os os meninos Wallace Lima e Leonardo Barbosa, da Rocinha. A entidade vive essencialmente de doações e, além do ensino do judô, oferece aos seus alunos passeios culturais, atendimento fisioterapêutico, aulas de inglês e reforço escolar. A contabilidade da instituição é feita pela Domingues e Pinho Contadores |



Foto: Divulgação

Flávio Canto (parte superior, à esquerda), com um grupo de jovens no Núcleo do Instituto Reação, na Rocinha, no Rio de Janeiro

GBrasil sob a supervisão direta do contador João Henrique Brum. Para ele, a entidade desempenha um importante papel ao retirar as crianças e adolescentes dos caminhos perversos da vida nas comunidades. “É um orgulho contribuirmos de forma indireta na construção e sedimentação de um projeto que faz mostrar às crianças e aos adolescentes que há sim espaço para o ingresso na sociedade de forma positiva”, analisa. □

SAIBA MAIS EM WWW.INSTITUTOREACAO.ORG.BR



TEMOS MUITAS VOCAÇÕES, MAS UMA SÓ MISSÃO

NOSSA GRANDE VOCAÇÃO É A CONTABILIDADE E TODOS OS TEMAS QUE CIRCUNDAM ESSA CIÊNCIA: CONTROLES FINANCEIROS, SUPERVISÃO FISCAL, INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA, SUPORTE TECNOLÓGICO, GESTÃO DE PESSOAS E FOLHAS DE PAGAMENTOS SALARIAIS. MAS NOSSA GRANDE MISSÃO, MESMO, É CUIDAR BEM DE SUA EMPRESA

SUSANA NASCIMENTO, DIRETORA
DA SERCON SERVIÇOS CONTÁBEIS

SERCON, há 18 anos cuidando dos bons negócios em Sergipe

Sercon Serviços Contábeis
Rua Siriri, 513 - Centro
49010-450 - Aracaju - SE
Tel. (79) 2106-6400

www.sercontabil.com.br



DEVON ENERGY

EM BUSCA DO OURO NEGRO

Considerada uma das maiores companhias independentes de petróleo e gás no mundo, Devon deflagra sua principal campanha de exploração sob as águas do Atlântico, na costa brasileira

POR DIVA BORGES

Nos primeiros dias de 2009, a companhia americana Devon Energy deu início a sua maior campanha exploratória de petróleo no Brasil desde que se instalou por aqui, há cerca de 10 anos. Um navio-sonda, o Deepwater Discovery, usado na perfuração de poços submarinos, iniciou trabalhos em águas profundas do Atlântico a cerca de 215 quilômetros de São Luís, capital maranhense. No Bloco Exploratório BM-BAR 3, na Bacia de Barreirinhas e arrematado no quarto leilão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, a Devon pretende encontrar óleo

a mais de dois mil metros abaixo da lâmina d'água. O primeiro poço que está sendo perfurado deve atingir profundidade final de 4.825m, em lâmina d'água de 2.235m. A tarefa consome US\$ 425 mil ao dia apenas em locação do navio-sonda pertencente à Transocean, numa maratona que poderá ser superior a três meses. "Mas este valor chega a dobrar por causa dos demais custos com navios, helicópteros e bases terrestres de apoio", explica Murilo Marroquim, presidente da Devon no Brasil. Considerando a estatística de que, a cada 10 poços perfurados,



O navio-sonda Deepwater Discovery, arrendado pela Devon Energy para exploração de petróleo na costa brasileira e desde janeiro em operação no país: custos de US\$ 425 mil/dia

apenas em dois é encontrado óleo em volume comercial, a aposta não é nada baixa. E também não é a única.

Esta é apenas a primeira da série de perfurações que a Devon pretende levar adiante nos próximos cinco anos no Brasil em seus dez blocos arrematados nos leilões da Agência Nacional do Petróleo - ANP. A empresa já investiu no País US\$ 600 milhões desde 1999, adquirindo blocos de exploração junto ao governo brasileiro, ampliando suas bases tecnológicas e

estruturais e atendendo às exigências e compromissos previstos na Lei do Petróleo e contratos de concessão fiscalizados pela agência reguladora.

Depois de Barreirinhas, a Devon levará o navio-sonda Deepwater Discovery para a Bacia de Campos, nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, onde detém seis blocos exploratórios considerados os mais promissores, na avaliação da companhia. Após a Bacia de Campos, o Deepwater irá para a costa da Bahia onde a Devon possui blocos na Bacia de Camamu-Almada.



O ministro das Minas e Energia, Edison Lobão (à dir.), é recebido pelo presidente da Devon, Murilo Marroquim (à esq.), a bordo do navio-sonda Deepwater Discovery, no Maranhão

Campos é classificada hoje como a maior jazida brasileira, responsável por 87% de toda a produção de óleo cru nacional. Nesta bacia, a Devon colhe seus primeiros frutos de investimento por meio do bloco BM-C-8, denominado agora Campo de Polvo. Ela comprovou o tamanho e a viabilidade comercial da jazida localizada a 98 km da costa da Armação de Búzios, no Rio de Janeiro, e iniciou em 2007 a produção efetiva de petróleo. Sua capacidade hoje é de 20 mil barris/dia, mas deverá crescer nos próximos anos. “Faltam ainda muitos poços para perfurar ali naquela região”, explica Marroquim. Mas a conquista tem um sabor distinto. Este é o primeiro campo *offshore* brasileiro em produção do qual a Petrobrás não é sócia.

A petrolífera brasileira, no entanto, é também parceira da Devon em muitos projetos. O Campo de Xerelete, por exemplo, uma descoberta declarada viável comercialmente na Bacia de Campos e que está em fase de estudos para produção, é operada pela Petrobras, em parceria com a Devon e a francesa Total. Ao que tudo indica, este será o segundo campo de produção da companhia americana no Brasil (veja quadro à direita).

Investimentos ao largo da crise

Para um cenário de crise econômica mundial, a multinacional americana vai bem, obrigada. Especialmente quando se fala dos projetos brasileiros. “Nossos investimentos previstos para 2009 estão todos mantidos e, até pelo contrário, devemos investir mais em relação a 2008, devido a essa campanha explorató-

Blocos de exploração da Devon Energy no Brasil

Em Exploração			
CONCESSÕES	BACIA GEOLÓGICA	OPERADOR	CONCESSIONÁRIOS
BM-BAR-3	Bacia de Barreirinhas (Maranhão)	Devon	45% Devon 30% SK Energy 25% Petrobras
BM-C-30	Bacia de Campos (Espírito Santo)	Anadarko	30% Anadarko 25% Devon 25% Videocon/BPCL 20% SK Energy
BM-C-32	Bacia de Campos (Espírito Santo)	Devon	40,00% Devon 33,33% Anadarko 26,67% SK Energy
BM-C-34	Bacia de Campos (Rio de Janeiro)	Devon	50% Devon 50% Petrobras
BM-C-35	Bacia de Campos (Rio de Janeiro)	Petrobras	65% Petrobras 35% Devon
BM-CAL-13	Bacia de Camamu-Almada - (Bahia)	Devon	100% Devon
BT-PN-2	Bacia do Parnaíba (Bloco Terrestre no Maranhão)	Devon	40% Devon 40% Petrobras 20% Vale
BT-PN-3	Bacia do Parnaíba (Bloco Terrestre no Maranhão)	Petrobras	40% Devon 40% Petrobras 20% Vale
Em Desenvolvimento /Produção			
Polvo	Bacia de Campos (Rio de Janeiro)	Devon	45% Devon 30% SK Energy
Xerelete	Bacia de Campos (Rio de Janeiro)	Petrobras	41,18% Petrobras 41,18% Total 17,65% Devon

Fonte: Devon Energy do Brasil - Março de 2009
OBS: Os blocos exploratórios podem ter sua participação negociada com outras operadoras, sob aprovação da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

ria”, afirma o presidente Murilo Marroquim.

Essa onda positiva é explicada com a calma que deve pautar os negócios do setor. “Nossos projetos são sempre de longo prazo: 10, 20, 30 anos. Não podemos nos deixar influenciar pelo preço do barril praticado hoje. Nos preocupa o cenário de longo prazo. Se formos analisar a demanda dos últimos 30 anos, tudo o que ocorreu com o preço do petróleo, ficaremos surpresos. Há 10 anos, o preço do barril estava a US\$ 15”, analisa Marroquim fazendo frente às oscilações que há cerca de um ano elevaram o preço a mais de US\$ 100 e que agora o fazem equilibrar na casa dos US\$ 40.

Raízes da motivação com o Brasil

Os fatores que têm feito a Devon há 10 anos apostar suas fichas no Brasil passam pelo seu grande potencial geológico – elevado ainda mais pelas recentes descobertas do pré-sal – e o tipo de contrato de concessão proposto pelo governo brasileiro. “A estabilidade oferecida é apreciada pela Devon. O sistema regulatório precisa ser estável e as licitações constantes de modo a permitir planejamento de médio e longo prazo”, observa Murilo Marroquim. Aliás, essa é uma preocupação constante das companhias de petróleo que se estabeleceram no país depois da quebra do monopólio da exploração e produção trazida pela Lei do Petróleo, em 1997. “Uma coisa que o Brasil fez muito bem foi não querer inventar a roda. Ele adotou os modelos de contratos de concessão usados pelos países mais desenvolvidos”, lembra Marroquim, acrescentando que a própria experiência internacional da Petrobras, com exploração de petróleo fora do país, foi facilitador

do processo de abertura. Por esse motivo, quaisquer sinais de que o governo poderá mudar as regras do jogo – como demonstrado recentemente em relação às descobertas gigantes relacionadas ao pré-sal – abalam fortemente a confiança do mercado.

O Instituto Brasileiro do Petróleo - IBP vem defendendo a manutenção desse marco regulatório numa luta conjunta com os *players* do setor. A instituição entende que, embora seja legítimo e desejável que o governo veja como pode aumentar a sua lucratividade na área do pré-sal, o atual marco com os contratos de concessão já permite ao governo otimizar sua presença sem a necessidade de mudanças que possam trazer riscos regulatórios para a indústria.

Inseguranças políticas à parte, o Brasil tem ainda outros pontos favoráveis sob o ponto de vista da Devon. Entre eles, uma indústria petrolífera *offshore* muito bem estruturada e madura, legado da Petrobras nos seus mais de 50 anos de atividade no País. “Isso nos proporciona uma rede de fornecedores credenciados como Wellstream, Manesmann, companhias de navegação, estaleiros etc. Essa infraestrutura torna mais fácil trabalhar aqui do que, por exemplo, em Guiné Equatorial”, avalia o presidente da Devon, geólogo que já integrou, por 23 anos, o quadro de colaboradores da Petrobras e conhece bem a realidade da indústria no País.

Que venham os leilões

A aposta da Devon no Brasil é tão alta que há dois anos ela promoveu uma mudança sensível no planejamento estratégico da companhia, com o intuito de privilegiar seus investimentos por aqui. Vendeu vários de seus negócios de menor porte localizados na costa oeste da África e no Egito e decidiu concentrar seus esforços nos promissores Brasil e China. Ela hoje mantém a maioria de seus ativos nos Estados Unidos (onde tem sede em Oklahoma) e Canadá, e preserva alguns negócios no México, Angola, Rússia e Azerbaijão. Com predisposição aliada ao capital, a companhia está sempre atenta às ofertas





A FPSO, unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência do petróleo produzido no Campo de Polvo no Rio de Janeiro. À direita, Murilo Marroquim, na sede da Devon, no Rio.

das áreas de concessão do governo brasileiro. “Com certeza, sempre iremos estudar com muita atenção todas as áreas oferecidas pela ANP”, sinaliza Murilo Marroquim.

Bons vizinhos e bons empregadores

Em todos os seus projetos de exploração de petróleo e gás ao redor do mundo, a Devon Energy se empenha na preservação de alguns de seus principais valores. O primeiro deles é ser um bom empregador. O esforço junto a seus mais de 5.500 colaboradores (300 deles somente no Brasil) lhe rendeu o título de 13ª melhor empresa para se trabalhar nos Estados Unidos, de acordo com levantamento da revista *Fortune* em 2008.

Outra política adotada pela empresa é a da boa vizinhança. Seus projetos de exploração buscam se inserir da maneira mais profícua possível para quem esteja ao lado. Exemplo vivo é o Campo de Polvo, no Rio de Janeiro. Ao perceber as dificuldades dos pescadores artesanais na região de influência das atividades no Campo de Polvo, a Devon investiu em vários projetos sustentáveis de melhoria das condições de vida daquela população. “Nunca imaginei que tivesse tanto jeito diferente de retirar peixe do mar”, surpreende-se o presidente da Devon, ao comentar sobre o trabalho de pesquisa da companhia junto aos pesca-

dores e que resultou em um livro e em um vídeo-documentário a respeito. Sempre pautada por pesquisas e um diálogo permanente, a empresa está desenvolvendo agora três projetos de melhoria de infraestrutura para os pescadores e oportunidades de desenvolvimento de suas atividades. “Afinal tiramos o nosso sustento desse mesmo mar”, comenta Murilo Marroquim.

Supervisão fiscal com a DPC | GBrasil

A Devon Energy do Brasil, desde que se instalou no Rio de Janeiro, em 1999, opera sob a supervisão fiscal da Domingues e Pinho Contadores, associado GBrasil naquele Estado. “Fazemos a conferência de absolutamente todos os documentos fiscais que são emitidos e recebidos pela companhia”, relata o contador Manuel Domingues e Pinho. Todo o trabalho da DPC é voltado aos padrões da Devon americana, uma empresa de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Nova York. Entre as 500 maiores companhias dos Estados Unidos, a Devon produz mais de 2,5 bilhões de pés cúbicos de gás natural por dia; cerca de 3% de todo o gás consumido na América de Norte. Sua reservas de petróleo somam hoje 2,5 bilhões de barris. □

Saiba mais em www.devonenergy.com

NÃO MAIS ESTRANHOS

Imunes a crises econômicas e diplomáticas, relações de comércio e investimentos entre Brasil e Espanha alcançam seus melhores resultados. Empresários e governos exploram novas oportunidades e traçam planos

POR LEANDRO RODRIGUEZ



Em Madri, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se com o rei da Espanha, Juan Carlos I, no Palácio da Zarzuela. Foto: Ricardo Stuckert/ABr

No panorama dos investimentos futuros de grandes empresas espanholas, o Brasil desponta na América Latina como grande aglutinador de interesses e expectativas. Ninguém nega que a crise econômica mundial está atingindo a economia brasileira, mas aqui seus efeitos estão atenuados. A análise não vem da equipe econômica do governo Lula, mas das apostas de companhias listadas no IBEX-35, principal índice de referência da Bolsa de Valores de Madri. Em meio ao mau tempo no cenário econômico mundial, grupos do porte de BBVA, Repsol YPF, Iberia e Telefónica pretendem aumentar

sua presença no país, demonstrando otimismo em relação à evolução da economia nacional em 2009.

“O Brasil realizou um profundo ajuste econômico que assentou as bases para um período de crescimento sustentável. Na Espanha, vemos o país como uma economia estável e confiável, com a qual é preciso contar se você quiser ter uma presença de destaque na América Latina”, explica Juan Carlos Martínez Lázaro, professor de Economia na IE Business School e coordenador do *Estudo 2009: Panorama de investimento espanhol na América Latina*.

Lázaro e sua equipe consultaram diretores

de 20 das 35 empresas que integram o IBEX para saber de suas expectativas quanto aos países latino-americanos. O Brasil, ao lado do México, foi o mais citado como porto-seguro, refletindo a confiança conquistada em pouco mais de uma década – as privatizações no governo de Fernando Henrique Cardoso são consideradas um marco da entrada de investimentos espanhóis no Brasil.

Nesse curto intervalo de tempo, marcado pela saturação do mercado europeu e pelas reticências quanto ao Oriente, a economia brasileira deixou de ser uma aposta arriscada e estranha ao universo espanhol para se transformar em um destino seguro aos olhos de empresários do país europeu. Os estereótipos, aqui e lá, foram abolidos em troca de experiências concretas.

Principal parceiro da Espanha na América Latina

Brasil e Espanha são atualmente grandes parceiros em comércio e investimentos diretos. De fato, apenas os norte-americanos investem mais na economia nacional do que os espanhóis. Em 2007, o investimento bruto espanhol atingiu 1,37 bilhão de euros, com aumento de quase 50% em relação ao período anterior. Também em 2007, segundo José Manuel Rodríguez de Castro, conselheiro comercial da Embaixada da Espanha no Brasil, o mercado brasileiro se consolidou como o principal parceiro comercial da Espanha na América Latina, superando o México.

O plano de parceria estratégica para promover o desenvolvimento entre ambas as na-

ções, assinado em 2003 pelo presidente Lula e o ex-presidente José Maria Aznar, deu impulso aos bons resultados dos últimos anos. Nesse acordo, ficou estabelecido o trabalho conjunto para, entre outras metas, fomentar o crescimento econômico e de oportunidades.

“Os investimentos atuais são de consolidação e apostas renovadas no país. São investimentos principalmente em serviços [telecomunicações], finanças [seguros] e energia que continuam crescendo. Também se destacam os investimentos de promoção turística imobiliária no Nordeste e concessões em rodovias e linhas de transmissão de energia”, detalha Castro.

A leitura que se faz do Brasil não poderia ser mais convincente: um país dinâmico, de política estável, economia sólida e legislação segura. São qualidades que, no caso da Guascor do Brasil, empresa de capital privado espanhol especializada na construção e operação de sistemas de geração de energia, motivam a expansão dos negócios. Seus sistemas conseguem abastecer de energia elétrica cidades longínquas do Norte do Brasil, excluídas das grandes redes de fornecedoras. Por desembarcar no país antes das privatizações, iniciando atividades do zero, ao contrário de outras empresas espanholas, a Guascor adquiriu conhecimento específico da economia brasileira.

“A Espanha foi o último país que acordou para os investimentos no Brasil. O Grupo Guascor sempre identificou no país um alto grau de excelência na aplicação de tecnologia. Também é mentira dizer que não há oferta de mão-de-obra qualificada e qualificável. A eco-



Juan Carlos Martínez Lázaro, professor de Economia da IE Business School: Brasil visto como uma economia estável e confiável, com a qual é preciso contar quem quiser ter uma presença de destaque na América Latina

Raio X da Espanha

Capital: Madri
Principais cidades: Barcelona, Bilbao, Sevilha e Valença
População: 40,4 milhões de habitantes
Área: 504.782 km²
Divisão geográfica: Duas cidades autônomas (Ceuta e Melilla) e 17 comunidades autônomas
Sistema político: Monarquia parlamentar
Chefe de governo: José Luis Rodríguez Zapatero
PIB: US\$ 1,3 trilhões
Comércio com o Brasil
US\$ 154,6 milhões em *exportações* (novembro de 2008)
US\$ 247,7 milhões em *importações* (novembro de 2008)



Joaquim Sanches Pereira, da Guascor, fabricante de sistemas de distribuição de energia elétrica: “Mentira dizer que aqui no Brasil não há oferta de mão-de-obra qualificada e qualificável”. Acima, região do Delta do Parnaíba, no Piauí: área abrigará complexo turístico de alto padrão, fruto de investimento espanhol.

nomia é extremamente industrializada em comparação aos demais países sul-americanos. Isso gera muito respeito”, avalia Joaquim Sanches Pereira, presidente da empresa. Ele explica que, ao contrário de antes, quando as companhias espanholas ladeavam o Brasil, o país puxará uma liderança na América do Sul.

São Paulo, a esquina da economia da América do Sul

O estudo da IE Business School demonstra a tendência: São Paulo, ao lado de Santiago (Chile), é considerada a melhor cidade em toda a América Latina para instalar operações centrais na região. O Brasil torna-se parada obrigatória no continente sul-americano, a exemplo da Espanha, vista com acesso ideal à Europa. As dificuldades idiomáticas e a tímida relação histórica, impedimentos no passado, são deixadas de lado em prol das oportunidades.

É o que se nota no complexo turístico de alto padrão Kuaradé, situado a 30 quilômetros do Delta do Parnaíba (Piauí) e pensado para se tornar um destino turístico de europeus. Com 189 hectares, o Kuaradé terá um campo de golfe de 18 buracos, hotéis e residências. “A proximidade do Nordeste brasileiro com a Europa, o baixo risco do investimento no Brasil e a conjuntura econômica favorável nos garantem perspectivas positivas”, diz Ignacio de Asís Orta, diretor-superintendente do Delta do Parnaíba Empreendimentos.

Na Teltronic Brasil, empresa de capital espanhol com sede em São Paulo e que opera em todo o país, a aposta inequívoca de retorno dos investimentos foi determinante para a continuidade do negócio. Após os quatro primeiros anos de resultados negativos, a companhia, especializada no desenho e fabricação de equipamentos de radiocomunicação profis-

sional, se transformou em uma das principais fornecedoras de terminais móveis de transmissão de dados e voz para governos estaduais, grandes eventos e empresas privadas. Como sinal de confiança no mercado brasileiro, investirá R\$ 20 milhões em 2009.

As boas relações e oportunidades, no entanto, poderiam ser reforçadas se o investidor estrangeiro não encontrasse algumas barreiras. Entre elas, a demora na liberação de mercadorias em portos e aeroportos do país. Para Ignacio de Asís Orta, a burocracia interna e a legislação tributária muitas vezes confusa prejudicam o dinamismo dos investimentos e o melhor aproveitamento de sinergias. A essas dificuldades, o presidente de Guascor do Brasil, Joaquim Sanches Pereira, acrescenta a lentidão do judiciário, que se amalgama nas empresas, devido ao acúmulo de pendências nos tribunais, como uma “ferramenta de gestão”.

Leituras equivocadas do investidor brasileiro

Para o conselheiro comercial da Embaixada da Espanha no Brasil, José Manuel Rodríguez de Castro, os produtos de comércio mais promissores são os de soja, ferro, café, aço, carnes e laranja. Com potencial ainda maior, móveis, tecidos, artesanato e equipamentos automotivos não devem ser ignorados. Aqui, no entanto, é preciso estar atento à maior competitividade com empresas espanholas.

Castro explica que grandes empresas brasileiras, como Gerdau e Santista Têxtil, obtêm sucesso nos seus desembarques porque estudam pormenores dos segmentos em que atuam. O mesmo não ocorre com pequenas e médias empresas, principalmente as franquias. As leituras equivocadas de mercado e de costumes de consumo têm prejudicado negó-

cios recentes de marcas conhecidas no Brasil.

O conhecimento de detalhes é fundamental. A Espanha, ao contrário do que sugere, é um mercado complexo, exigente e multicultural. Os shopping centers, ponto de partida de muitas franquias de alimentação pela experiência de sucesso no Brasil, têm boa frequência somente nos fins de semana. Do mesmo modo, os pontos turísticos podem ser uma surpresa desagradável, dado o interesse de quem viaja pela Espanha pelos pratos típicos do país.

No campo da promoção de negócios, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) prevê 13 ações em 2009. Entre elas, uma missão comercial para pequenas e médias empresas do setor papelaria, com visitas a Madri e Barcelona. A ação é fruto da parceria com a Abigraf (Associação Brasileira da Indústria Gráfica), que criou o grupo de exportação e promoção Graphic Arts Industry Alliance (Graphia) e prevê ainda uma missão empresarial do setor editorial em 2010. □

Contribuíram para a produção desta reportagem os seguintes clientes GBrasil: Guascor do Brasil (D.Duwe Contabilidade|Porto Velho-RO); Teltronic Brasil (Orcose Contabilidade e Assessoria|São Paulo-SP); Delta do Parnaíba Empreendimentos, Turismo e Incorporações (Domingues e Pinho Contadores|Rio de Janeiro-RJ).

FRENTES POLÍTICA E DIPLOMÁTICA

Nem mesmo as recentes dificuldades de brasileiros em aeroportos da Espanha, que têm acirrado o diálogo diplomático entre os dois países, devem prejudicar o bom momento dos negócios entre os dois países. Essa opinião, unânime entre os entrevistados por *Gestão Empresarial*, vem acompanhada da certeza de que Brasil e Espanha têm muito a ganhar como parceiros de negócios.

Essa é a análise predominante também na esfera política. O acordo assinado em 2003 entre os governos de ambos os países define, sem prever prazos conclusivos, um conjunto de objetivos mútuos em diferentes áreas. O fortalecimento político bilateral passa pelo uso de mecanismos de diálogo permanente por meio de reuniões anuais entre representantes dos dois governos e a comunicação diplomática permanente.

No desenvolvimento social, a cooperação será intensificada com a realização de fóruns de diálogo, enquanto no campo econômico entram em cena as negociações no âmbito do Acordo Inte-regional Mercosul-União Européia, além de missões comerciais.

O setor turístico será beneficiado com a intensificação do intercâmbio previsto no Acordo de Cooperação Turística entre o Brasil e a Espanha.

Contabilize maior produtividade com Software Integrado Nasajon

Condições especiais para contadores

A Nasajon é a **Melhor Solução para Gestão de Negócios**

segundo a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação (Prêmio Assespro 2008).

Além disso, você conta com o diferencial de atendimento responsável por índices de satisfação da ordem de 98%*.

Faça como mais de 15 mil empresas em todo o Brasil. Escolha sistemas Nasajon.



GESTÃO & RH
100 Melhores
Fornecedores
para RH
2008



ÉPOCA
Uma das Melhores
para Trabalhar
no Brasil
2007/2008



ASSESPRO
Melhor Solução para
Gestão de Negócios
2008



EXAME
Uma das Melhores
para Você Trabalhar
2003/2006/2008

Visite agora o nosso site, veja a galeria completa de prêmios e conheça a razão destas e de novas conquistas!

www.nasajon.com.br

Nasajon pronta
para o SPED

NASAJON
S I S T E M A S
Software de confiança!



. contabilidade . escrita fiscal . protocolo . folha de pagamento . recursos humanos . ponto . gestão financeira . estoque . faturamento . contas a pagar e receber .

RJ - (21) 2213-9310 SP - (11) 3266-2366 MG - (31) 2511 3527 BA - (71) 3342-6120 PE - 08000 217070 PA - (91) 3088-1338 AM - (92) 3088-2566 SC - (48) 3238 9265 Outros: 08000 217070

www.nasajon.com.br • nasajon@nasajon.com.br

A DOCE VITÓRIA DA CULTURA DA PACIFICAÇÃO

Após 12 anos em vigor, Lei da Mediação e Arbitragem alcança maturidade e se difunde por meio do engajamento de advogados, câmaras de comércio, entidades empresariais, universidades e do próprio Poder Judiciário brasileiro

POR DIVA BORGES

Foi preciso mais de uma década para os brasileiros entenderem que o caminho dos tribunais não é o único na resolução de seus conflitos. A lei que instituiu a mediação e arbitragem como alternativa de justiça, fugindo, entre outras coisas, da lentidão dos processos, é de 1996. Mas, apenas agora a Lei Federal nº 9.307 tem conseguido popularidade o suficiente para ser considerada uma alternativa mais próxima de cidadãos e empresas brasileiras. Não há números absolutos nesta área, mas estimativas dos atores desses procedimentos indicam que no Brasil existem hoje cerca de 1.200 câmaras de mediação e arbitragem, gerando anualmente milhares de sentenças arbitrais e sessões de mediação e conciliação.

O empurrãozinho extra para o êxito da lei vem sendo dado por várias frentes da sociedade. A primeira delas é a das câmaras de comércio internacionais. A americana e a francesa estão entre as pioneiras na criação de câmaras arbitrais para atender os litígios de seus associados com fornecedores, clientes e parceiros de negócio. O fato é que elas trabalham no sentido de fazer perpetuar no Brasil a prática quase centenária em seus países de origem, onde arbitragem e mediação permeiam grande parte das relações contratuais. Na esteira dessas instituições de fomento ao intercâmbio comercial entre Brasil e outros países, estão as diferentes entidades empresariais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp está entre as mais atuantes neste segmento. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae e a Confederação das Associações



O que é a arbitragem

É um meio privado de solução de conflitos. Ela pode ser usada para resolver problemas jurídicos sem a participação do Poder Judiciário (sem juízes). É um mecanismo voluntário: ninguém pode ser obrigado a se submeter à arbitragem contra a sua vontade.

Existem diversas formas de resolver um problema. Pode-se optar por tratar diretamente com a outra parte (neste caso, fala-se em negociação). Pode-se escolher uma pessoa para facilitar o diálogo entre os envolvidos, permitindo que estes mesmos possam chegar a uma solução (neste caso, fala-se em mediação ou conciliação). Pode-se utilizar o Poder Judiciário, solicitando que um juiz tome a medida legal cabível (neste caso, fala-se em processo judicial). Pode-se, enfim, escolher uma pessoa para decidir o seu problema sem a ajuda do Estado (neste caso, fala-se em arbitragem).

Ao escolher a arbitragem, as pessoas abrem mão de recorrer ao Poder Judiciário, escolhendo árbitro de sua confiança para o julgamento do conflito. Qualquer pessoa capaz poderá ser chamada para atuar como árbitro, desde que tenha sido escolhida livremente pelos interessados.

Fonte: "Arbitragem: o que você precisa saber" – Cartilha editada pelo Ministério da Justiça

Comerciais e Empresariais do Brasil também vêm oferecendo câmaras arbitrais de forma a permitir o acesso dos micro e pequenos empresários. As associações profissionais, como o Conselho Federal de Administração e a própria OAB, vêm se estruturando no mesmo sentido.

Advogados: os grandes divulgadores da lei

Outra contribuição considerável vem sendo oferecida pelos escritórios de advocacia de maior porte. São eles os principais difusores da lei na medida em que orientam seus clientes a adotar a cláusula compromissória em seus contratos, prevendo o uso de mediação e arbitragem em caso de conflitos entre as partes. A maioria dos contratos elaborados hoje por eles trazem a cláusula. É o caso da Advocacia Celso Botelho de Moraes, em São Paulo, um dos pioneiros na difusão da cultura da ADR (*Alternative Dispute Resolution*) no Brasil. “Sempre sugerimos ao cliente a adoção da cláusula compromissória”, afirma o advogado Celso Botelho de Moraes. Esta é uma postura considerada moderna e favorável à pacificação e preservação das relações entre as partes. “O litígio, no campo judicial, não é favorável a ninguém. Hoje é o preventivo que impera nos escritórios modernos de advocacia. Procura-se minimizar os conflitos pois o contencioso é caro e moroso”, sustenta a advogada Eleonora Altruda de Faria, mestre em direito internacional, professora de Mediação e Arbitragem e integrante da equipe da Advocacia CBM. Segundo ela, a tendência da prática advocatícia atualmente é a do caminho



Newton Santos/Digna Imagem

Celso Botelho de Moraes: orientando clientes a adotar sempre a cláusula compromissória de mediação e arbitragem em seus contratos

negocial. “Temos que acabar com o ranço de que a única alternativa é o processo judicial”, observa.

A prática de orientar clientes a aderir ao ADR também tem se incorporado entre empresas contábeis. Nilson Goedert, da RG Contadores | GBrasil, por exemplo, vem habitualmente incluindo a cláusula compromissória nos contratos sociais que elabora para empresas e instituições que atende em Santa Catarina. “Não há dúvida de que esta é uma tendência”, afirma o contador.

Sob a força de outras normatizações

O Poder Legislativo também vem fomentando a adesão de empresas à ADR. Um estudo feito pela Câmara de Mediação e Arbitragem de Florianópolis - Camaf mostra que foram criadas pelo Legislativo Federal de 1997 para cá pelo menos sete normas aplicadas a setores diversos da economia que prevêm a resolução de conflitos no âmbito da mediação e arbitragem. “É uma mudança cultural que vem ocorrendo e que no futuro irá contribuir positivamente com o ‘desafogamento’ do Poder Judiciário”, analisa João da Silva Mattos, presidente da Camaf.

Entre essas leis apontadas no estudo da Camaf estão a que dispõe sobre a política energética nacional, a que trata do transporte multimodal de cargas, a que prevê negociação de títulos da dívida do Brasil, a que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das

As vantagens oferecidas pela adoção da arbitragem

- **RAPIDEZ** - A lei estabelece um prazo máximo de seis meses para a resolução do litígio. Contudo, as partes podem convencionar um prazo ainda menor
- **ECONOMIA** - As custas são mais acessíveis que as praticadas na justiça estatal e são previamente fixadas e informadas às partes
- **SIGILO** - Além das partes, somente os árbitros escolhidos para o processo tomam conhecimento de seu teor, ao contrário da justiça estatal, em que o processo é público
- **AMBIENTE** - Procura-se preservar as relações existentes, proporcionando-se um ambiente mais flexível e menos formal que o existente na justiça estatal

Fonte: Câmara de Mediação e Arbitragem de Florianópolis - Camaf

empresas e a que versa sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Todas elas fazem menção ao uso de ADR como forma de dirimir conflitos decorrentes da aplicação dessas leis.

Duas outras leis, mais recentes, vêm especialmente jogando luz aos recursos de conciliação, mediação e arbitragem. É o Estatuto Nacional da Microempresa (LC 123) e a Lei 11.079, que institui normas para licitação e contratação na administração pública. A primeira delas, por incentivar a adoção dessa prática pelo maior contingente empresarial do país – o microempresário, que em geral não consegue acessar a Justiça para requerer seus direitos por causa dos custos. No caso dos contratos celebrados em parceria público-privada, o destaque é a própria aceitação do Executivo de que esta é uma alternativa eficaz e adequada para resolver as questões com fornecedores e parceiros diversos.

Reconhecimento do próprio Poder Judiciário

O ápice desse movimento em prol da ADR foi a abertura do ano judiciário em fevereiro último. O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, fez um discurso afinado com a Lei de Arbitragem. Ele afirmou que “é preciso acabar com a velha mentalidade de que, no Brasil, o reconhecimento e a concretização de direitos só se dá por meio judicial”. Mendes citou dados do Conselho Nacional de Justiça, de que em 2007 tramitaram no Poder Judiciário brasileiro aproximadamente 68 milhões de processos, ou seja, mais de uma demanda para cada 2,5 habitantes. O presidente do STF destacou ainda “a necessidade de se estimular



Ministro Gilmar Mendes, presidente do STF: necessidade de se estimular a solução de conflitos mediante conciliação de interesses



Eleonora Faria, advogada e professora de Mediação e Arbitragem: “Hoje é o preventivo que impera nos escritórios modernos de advocacia”

a solução de conflitos mediante conciliação de interesses, viabilizar meios de extensão da normatização de direitos com menor judicialização, até porque interessa ao próprio Estado brasileiro mais proatividade de seu órgão em busca da universalização de direitos sem que seja necessária a intervenção judicial tópica”.

Universidades: gerando defensores da pacificação

Frente do mesmo modo importante na defesa da aplicação da ADR têm sido as universidades. Observa o advogado João Mattos que desde os bancos escolares os acadêmicos de direito são educados sob a cultura “adversarial”, ou seja, a de que os conflitos devem ser resolvidos no Judiciário. A quebra desses paradigmas, na visão do presidente da Camaf, deve ocorrer justamente nos bancos das escolas de graduação. “Deve ser estimulada a implantação de disciplinas de Mediação e Arbitragem não apenas nos cursos de Direito, mas também de Administração, Ciências Contábeis e Economia, com o objetivo principal de disseminar a cultura do diálogo e da pacificação de conflitos por meios alternativos”.

Alguns cursos de Direito, observadores da

Análise do Judiciário Brasileiro: raízes da criação da Lei de Mediação e Arbitragem no Brasil

- Perda da confiança da opinião pública no Judiciário;
- Obsolescência dos procedimentos legais;
- Escassez de recursos humanos e financeiros nos órgãos judiciais;
- Crescente litigiosidade nas relações sociais;
- Procedimentos burocráticos que ocasionam a saturação dos trâmites judiciais;
- Custas elevadas;
- Publicidade do processo, expondo segredos comerciais;
- Ausência de controle do processo pelas partes, ficando estas restritas às disposições do Código de Processo Civil;
- Extrema necessidade da contratação de peritos

Fonte: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, em estudo realizado em 1994 sobre a situação do Judiciário brasileiro

nova dinâmica social, passaram a adotar a disciplina de Mediação e Arbitragem com o intuito de capacitar futuros advogados nesta área. É o caso da Uninove, em São Paulo, pioneira nessa área. Em 2004, lembra a professora Eleonora Faria, a instituição inseriu a disciplina obrigatória na graduação de Direito e hoje o ensino se estende, inclusive, ao núcleo de prática jurídica.

Esforço conjunto na difusão do conceito de ADR tem sido feito pelo Ministério da Justiça. Em 2006, por ocasião dos 10 anos de edição da Lei de Arbitragem, o Ministério editou e fez circular uma cartilha dirigida ao cidadão comum salientando os benefícios do uso desse recurso, orientações sobre como utilizá-lo e a importância de se escolher bem o árbitro na hora de buscar a resolução de um conflito. Cópia digital gratuita da cartilha em formato PDF pode ser obtida na página do Ministério da Justiça na web: www.mj.gov.br

Tendência de setORIZAÇÃO das câmaras

Um dos aspectos interessantes que vem sendo percebidos no crescimento do número de câmaras de mediação e arbitragem é o da setORIZAÇÃO. Diversas câmaras tem mostrado êxito no âmbito das atividades econômicas em que se

propõem atuar, geralmente sob o guarda-chuva da entidade setorial. É o caso das indústrias farmacêutica, de petróleo, da construção civil e de meio ambiente. Na opinião de Eleonora Faria, da Advocacia CBM, o fato se deve ao alto nível de especialização de seus árbitros, aliado ao custo competitivo dos serviços. “O usuário ganha com obtenção de valores menores dos serviços de arbitragem e, ainda, com a especialização dos árbitros”, observa.

As câmaras têm adotado, usualmente, duas formas de quantificar os honorários de um árbitro, segundo a advogada: pelo valor da causa ou por hora de trabalho do árbitro. Sobre o valor da causa vêm sendo aplicadas percentagens que variam de 5% a 30%. Entretanto, segundo Eleonora, a forma mais frequente da quantificação dos honorários de um árbitro tem sido o valor hora de trabalho, que pode variar de R\$ 100 a R\$ R\$ 1.100,00. “Cada Câmara tem sua tabela. É necessário consultá-la”, adverte a advogada lembrando que parte dos honorários é destinada às próprias câmaras, com objetivo de custear a infraestrutura oferecida aos usuários dos serviços. “Esse valor pode ser cobrado à parte ou em conjunto com os honorários do árbitro”, esclarece. ■



Rua Júlio de Castilho, 730 - Bairro Olaria - CEP 76.801-238
Porto Velho - Rondônia - Brasil
(69) 2182-3388
www.dduwe.com.br



Rondônia é o estado que mais cresce.
Porto Velho é a capital que mais cresce.

Com a gente não poderia ser diferente.

Rondônia sempre acompanhou de perto o desenvolvimento de diversas regiões do país.

Agora, é o Brasil que está de olho no nosso crescimento. Em pouco tempo seremos o berço da energia que abastecerá grandes centros produtivos e, claro, uma força renovada na economia nacional.

Nas últimas duas décadas a D.Duwe tem investido constantemente na formação de profissionais qualificados e na implantação do que há de mais moderno e seguro em tecnologia de gestão contábil.

Hoje, a D.Duwe compartilha com seus clientes uma nova sede, mais ampla, mais moderna e cada vez mais pronta para o futuro e preparada para todas as transformações e exigências do mercado.

e-CPF / e-CNPJ / NF-e / SPED / EFD

ENTENDENDO AS OPERAÇÕES COM CRÉDITOS DE CARBONO

A Contabilidade, como ferramenta indispensável à quantificação do crescimento das empresas, deverá contribuir para melhor identificação e registro desse novo ativo ambiental

POR ALEXANDRE SILVA

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), órgão ligado à ONU, reconheceu em 2007, com um grau de certeza de 90%, que o aquecimento global se deve à ação do homem, sobretudo por este contribuir para emissão de gases poluentes na atmosfera.

Relatórios desse órgão ensejaram a organização da ECO-92, reunião ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992, da qual resultou a Convenção-Quadro. Ali, buscou-se o comprometimento das nações para a estabilização das emissões e concentrações de gases poluentes.

Através também das análises do IPCC, foram gerados argumentos para a realização da Reunião em Quioto, no Japão, no ano de 1997, da qual resultou o tratado internacional denominado Protocolo de Quioto. Ato assinado por 172 países, ele fixa compromissos rígidos para, principalmente, os países desenvolvidos reduzirem no período entre os anos de 2008 a 2012, as fontes causadoras do efeito estufa, em pelo menos 5,2% em relação aos níveis do ano de 1990.

Neste Protocolo, são listados no Anexo I, os países desenvolvidos membros do OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) e os países do antigo bloco soviético (em transição para economia de mercado), que têm metas específicas de redução.

O Brasil é signatário deste Tratado e aprovou os termos do Protocolo de Quioto através do Decreto Legislativo 144, de 2002. Neste contexto, foram previstas medidas alternativas de flexibilização, com o objetivo de mitigar

as metas de redução não atingidas. São elas:

- O comércio de emissões entre os países listados no Anexo I, que permite a transferência do excedente gerado em um país para um outro, que não tenha atingido sua meta;
- O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (aplicável ao Brasil); e
- A Implementação Conjunta aplicável a países em transição econômica.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) são ações sustentáveis geradas por empresas situadas nos países em desenvolvimento, a serem reconhecidas pelo Protocolo de Quioto por gerarem Créditos de Carbono ou Reduções Certificadas de Emissão.

Segundo consultores da área de Gestão Ambiental, até 30/08/2008 existiam mais de três mil processos de reconhecimento de reduções em tramitação no órgão responsável pela Certificação da ONU, dos quais o Brasil responde por 8%. O *ranking* atual é: 1º Índia, 2º China, 3º Coréia e 4º Brasil.

Além da negociação dos Créditos de Carbono ou das Reduções Certificadas de Emissão possibilitadas aos países em desenvolvimento, há também um outro mercado, denominado Mercado Voluntário de Carbono, do qual são *players* empresas ou nações em alguns casos, até fora do Protocolo de Quioto, que estabeleceram metas próprias de redução ou padrões de responsabilidade social.

Logo, existe um potencial a ser explorado por empresas brasileiras que, além de diretamente contribuírem para a redução das emissões de gases ou de ações danosas ao meio ambiente beneficiando, a vida num contexto mais amplo, servem também como fator de

desenvolvimento econômico-financeiro, via geração de recursos pelas negociações dos Créditos de Carbono.

A Contabilidade como ferramenta indispensável à quantificação do crescimento das empresas é parte integrante desta nova realidade e deve, no âmbito de sua competência, prover os meios de melhor identificação e registro desse novo ativo ambiental.

Para tal, surgem diversas questões que envolvem os Créditos de Carbono, por exemplo, a definição de sua natureza jurídica, o instrumento contratual para negociação dos mesmos, a forma de contabilização e a tributação aplicável.

No Fórum “Experiências com Crédito de Carbono”, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro último, técnicos com experiência na condução de projetos de MDL, contadores e advogados, externaram uma série de questionamentos em face da ausência de legislação específica sobre a matéria.

Dentre estes questionamentos, destacamos o que diz respeito à própria classificação da natureza jurídica dos Créditos de Carbono. Parece que esta interrogação não é perceptível apenas aqui no Brasil, pois não há informações se algum país já tenha classificado a natureza jurídica dos Créditos de Carbono.

A tendência atual aponta, cinco possíveis naturezas jurídicas. São elas:

- Commodity;
- Título de Crédito;
- Prestação de Serviço;
- Valor Mobiliário; ou
- Bens Incorpóreos.

Para as quatro primeiras opções, há fundamentos em suas definições, que certamente esbarram no que é, de fato, o Crédito de Carbono. Decerto, é algo totalmente novo, que talvez deva ser tratado fora dos padrões com os quais estamos acostumados a lidar. Porém, como esta classificação é fundamental para os devidos desdobramentos contábeis e tributários, a definição como Bem Incorpóreo talvez seja a mais plausível e melhor reflita a natureza jurídica do ativo.

Os investimentos em tecnologia, melhoria de processos industriais, construções e aquisições de novos equipamentos, incorridos pela empresa candidata a habilitar-se à obtenção



Gerty Images

OS CRÉDITOS DE CARBONO TÊM RELAÇÃO DIRETA COM A QUANTIDADE, EM TONELADAS, DE GASES QUE DEIXA DE SER DESPEJADA OU “SEQUESTRADA” DO MEIO AMBIENTE

dos certificados, devem ser tratados como bens de seu Ativo Imobilizado, eis que tais gastos não têm relação direta com a quantidade de Créditos de Carbono que podem ser certificados.

Em verdade, os créditos de carbono têm relação direta com a quantidade, em toneladas, de gases que deixa de ser despejada no meio ambiente ou que tenha sido “seqüestrada” do meio ambiente

Sob o ponto de vista tributário, uma provável consequência seria a incidência do Imposto de Renda pela alíquota de 15%, do Adicional do IR de 10% e da Contribuição Social de 9%, conforme os parâmetros da legislação.

Entendemos não ser passível de tributação do ISS, eis que a Cessão de Bens Incorpóreos não é tipificada como fato gerador do ISS - Lei Complementar 116/2003.

Sendo uma receita originada do exterior, e desde que paga em moeda conversível, fica desonerada também das Contribuições do PIS e da Cofins.

Atualmente tramitam projetos legislativos que podem trazer mais luz sobre a matéria, dentre eles, destacamos:

- Nº 494/07, que dispõe sobre incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL que gerem Reduções Certificadas de Emissões - RCEs, e

- Nº 4425/04, que dispõe sobre os incentivos fiscais a serem concedidos às pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL que gerem Reduções Certificadas de Emissões

- RCEs, autoriza a constituição de Fundos de Investimento em Projetos de MDL e dá outras providências.

VÁRIAS QUESTÕES ENVOLVEM OS CRÉDITOS DE CARBONO, ENTRE ELAS, A DEFINIÇÃO DE SUA NATUREZA JURÍDICA, A SUA FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E A TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL

Já houve manifestação da Receita Federal em Soluções de Consulta, sobre PIS e Cofins:

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 59 de 10 de Março de 2008. ASSUNTO: PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. EMENTA: Está isenta de Cofins a receita relativa à cessão para o exterior de direitos relativos a créditos de carbono (Protocolo de Quioto) cujo pagamento represente ingresso de divisas, e EMENTA: A receita relativa à cessão para o exterior de direitos relativos a créditos de carbono (Protocolo de Quioto) está sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro presumido.

É importante ter em mente que os processos de consulta na RFB fazem efeito exclusivo para a empresa que os tenha impetrado,

servindo apenas como um sensor da direção dada pelo órgão na questão.

Uma outra definição interessante é a Resolução do Banco Central nº 3291/2005, que classificou as operações de negociação dos Créditos de Carbono no item de Serviços Diversos, sob o código: Créditos de carbono 29/ (NR) - 45500.

São também parte integrante deste novo mercado, as empresas de consultoria, que ofertam serviços de assessoria para desenvolvimento de processos e tecnologia para empresas interessadas em melhorias sustentáveis em seus processos produtivos. Tais consultorias, via de regra, têm seus honorários pagos numa modalidade de Contrato de Risco. Ou seja, recebem um percentual sobre o volume de Créditos de Carbono obtidos por seus clientes. Por se tratar de serviços de consultoria simples, não oferece nada de novo em termos contábeis ou tributários.

Entretanto, considerando que o processo de obtenção dos Créditos de Carbono pode levar até um ano, fica o questionamento sobre como reconhecer a receita de serviços da empresa de consultoria, eis que na competência da prestação do serviço, regra geral prevista tanto na legislação do ISS quanto na do Imposto de Renda, não é sabido se seu cliente conseguirá converter suas ações de reduções de emissões em créditos de carbono, e caso consiga, não se sabe o montante de créditos que será obtido, muito menos seu valor de mercado.

Portanto, não há elementos para nortear a emissão da nota fiscal de serviços e, por conseguinte, do reconhecimento da receita de serviços, dentro do padrão regular da competência da prestação de serviço.

Em conclusão, este assunto certamente nos possibilitará mais oportunidades de estudo e também de desenvolvimento do nosso ramo da Ciência Contábil. Como dissemos acima, é algo realmente novo e quanto melhor conhecermos a matéria, mais próximos estaremos da resposta a estas questões e da mais adequada classificação contábil e enquadramento fiscal deste novo mercado, que surge como elemento gerador de valor e oportunidades para o meio ambiente e para as empresas. ■

ALEXANDRE FERNANDES SILVA é contador e diretor de Consultoria Tributária da Domingues e Pinho Contadores | GBrasil, no Rio de Janeiro

Crise em pauta no 31º Encontro GBrasil, no Rio de Janeiro

Fotos: Renato Velasco



A crise financeira internacional e seus reflexos no Brasil foi um dos temas do tradicional encontro semestral do Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade. A constatação principal dos empresários GBrasil é que, até o momento, a crise não atinge às empresas atendidas de modo expressivo como vem sendo relatado nos países da Europa e nos Estados Unidos. Algumas situações mais críticas estão relacionadas a outros fatores, como ausência de gestão financeira eficaz e problemas administrativos diversos. Apresentam retração significativa relacionada à crise empresas dependentes do comércio americano. O GBrasil tem hoje uma carteira de cerca de 7.000 clientes entre pequenas, médias e grandes empresas, organizações sem fins lucrativos, órgãos governamentais e empresas rurais. O evento aconteceu no Windsor Plaza Copacabana Hotel, no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de março e teve a participação de cerca de 60 pessoas entre empresários e representantes das 32 empresas associadas ao GBrasil, oriundos de todas as capitais brasileiras e principais cidades do interior do País.

Apresentam retração significativa relacionada à crise empresas dependentes do comércio americano. O GBrasil tem hoje uma carteira de cerca de 7.000 clientes entre pequenas, médias e grandes empresas, organizações sem fins lucrativos, órgãos governamentais e empresas rurais. O evento aconteceu no Windsor Plaza Copacabana Hotel, no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de março e teve a participação de cerca de 60 pessoas entre empresários e representantes das 32 empresas associadas ao GBrasil, oriundos de todas as capitais brasileiras e principais cidades do interior do País.

TOTVS em crescimento

A TOTVS (pronuncia-se *tótus*) anunciou suas novidades e também seus bons resultados



financeiros durante o 31º Encontro GBrasil, no Rio de Janeiro. Em palestra especial, Álvaro Cysneiros, diretor da companhia, falou sobre as tendências mundiais na área tecnologia da informação. Mesmo em meio à desaceleração econômica global, a 9ª maior empresa de software de gestão do mundo e a maior oriunda de mercados emergentes cresceu 27,6%, em 2008, período em que faturou R\$ 844,854 milhões. Única companhia latino-americana que desenvolve e é titular de plataforma tecnológica própria para softwares, a TOTVS possui hoje 22.900 clientes plurais e ativos em suas 6 plataformas de negócio: software, consultoria, BPO, infraestrutura, e-learning, tecnologia). Essa diversidade é o que tem lhe garantido saúde financeira mesmo em épocas de turbulências no mercado.

25 anos da Domingues e Pinho Contadores em alto mar

A Domingues e Pinho Contadores | GBrasil comemorou seus 25 anos de fundação em alto estilo, no Rio de Janeiro. Em evento a bordo da embarcação Pink Fleet e destinado aos associados GBrasil e membros de sua equipe, a DPC ofereceu um jantar especial a cargo do chef holandês Gabriel Fleijsman, com direito a uma bela vista dos pontos turísticos do Rio de Janeiro na Baía da Guanabara. O empresário Manuel Domingues e Pinho compartilhou um pouco da história da organização – hoje é considerada uma das principais do país em *outsourcing* contábil, com unidades no Rio de Janeiro, São Paulo e Macaé-RJ – e aproveitou para homenagear os colaboradores com 5, 10, 15, 20 e 25 anos de casa. A DPC possui cerca de 420 colaboradores.



Rita Araújo, colaboradora da DPC Rio de Janeiro recebe homenagem das mãos de Manuel Pinho e Raquel Lammel Pinho (à dir.) na festa dos 25 anos da empresa

Foto: Renato Velasco

Dicas sobre IRPF para contribuintes que perderam dinheiro na Bolsa

Foto: Marcos Salles



Já é quase tradição: empresários do GBrasil são sempre consultados pela imprensa com o objetivo de esclarecer questões que envolvem a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, cujo prazo de entrega se encerrará no dia 30 de abril. Nas principais capitais brasileiras, vários jornalistas da área econômica consultam os contadores do Grupo para atender perguntas específicas de leitores, espectadores, ouvintes e internautas. Em São Paulo, a mídia vem antecipando suas reportagens sobre o tema. Julio Linuesa, da Orcose | GBrasil, foi destaque no Valor Econômico, edição de fim de semana (20, 21 e 22 de março) ao analisar a situação dos investidores na Bolsa de

Valores em 2008. A regra é recolher o imposto sobre os ganhos obtidos em vendas de ações superiores a R\$ 20 mil no mês. Mas, numa situação de prejuízo, é diferente. A lei abre uma prerrogativa para os que perderam dinheiro no mercado de ações compensarem prejuízos no recolhimento do Imposto de Renda futuro. Linuesa alertou ainda sobre a retenção de 0,005% de imposto feito pela corretora. "Este percentual pode ser deduzido na hora de pagar o imposto sobre o ganho de capital. Muito investidor, no entanto, vê esse recolhimento no extrato da corretora e acha que já pagou o imposto, o que não é verdade", advertiu.

Empresário Joaquim Ribeiro é eleito vice-prefeito de Londrina-PR

O empresário contábil José Joaquim Martins Ribeiro, da Contad |GBrasil, foi eleito dia 29 de março vice-prefeito de Londrina, segundo maior colégio eleitoral do Paraná. O terceiro turno ocorreu porque o Tribunal Regional Eleitoral considerou o candidato vencedor, Antonio Belinati, inelegível sob o argumento de que as contas dele, referentes à época em que foi prefeito da cidade (1997-2000), foram reprovadas pela Câmara de Londrina e pelo Tribunal de Contas do Estado. Ribeiro foi eleito com 54,1% dos votos numa chapa apoiada por uma coligação de seis partidos políticos e que tinha o jornalista e deputado federal Homero Barbosa Neto (PDT) como candidato a prefeito. A disputa foi com o economista Luiz Carlos Hauy (PSDB), que obteve 45,8% dos votos. Esta é a primeira vez que o contador Joaquim Ribeiro ocupa um cargo público eletivo e sua expectativa é ajudar a recuperar o ritmo de crescimento de Londrina que, segundo ele, "sofreu um hiato de 20 anos". "Nossa idéia é desenvolver uma administração com absoluta transparência e que, acima de tudo, leve aos cidadãos informações claras sobre a situação do município e atenda aos desejos da sua população", declarou. A posse ocorrerá em início de maio. A Contad passa a ter à frente a contadora e sócia Marisa Ribeiro Furlan, sócia-fundadora da empresa contábil.



À esquerda, contador Joaquim Ribeiro, eleito vice-prefeito de Londrina, ao lado da sócia Marisa Ribeiro Furlan, na Contad Assessoria Contábil, empresa do GBrasil que atua em Londrina, no norte do Paraná

Certificação digital para advogados cearenses

Foto: Renato Velasco



Cassius Coelho, empresário GBrasil em Fortaleza-CE (Marpe Contadores) está estendendo os serviços de certificação digital oferecidos pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis - Sescap-CE, de que é presidente, aos advogados cearenses. Instituição credenciada pela Certisign/acFenacon para emitir e-CPF e e-CNPJ no Estado, o Sescap está firmando convênio com a OAB local para esclarecer e facilitar a emissão desses certificados aos profissionais do setor. O Certificado Digital é um documento eletrônico que permite comprovar a identidade de uma pessoa, empresa ou site para garantir as transações on-line e a troca eletrônica de mensagens, documentos e dados. Através dessa tecnologia é possível assinar digitalmente, qualquer tipo de documento, atribuindo-lhe a mesma legitimidade jurídica dos equivalentes em papel assinados manualmente. Com o e-CPF, por exemplo, é possível ainda acompanhar processos legais, declarar Imposto de Renda via internet, recuperar informações sobre o histórico de declarações de IR, gerar procurações eletrônicas, acompanhar processos tributários eletronicamente e outras transações oferecidas no mundo digital e para as quais é necessária identificação segura. O e-CNPJ oferece as mesmas funções e outras a mais do universo empresarial, como a emissão de nota fiscal eletrônica e a elaboração de Redarfs.

GBrasil ao lado de Robson Barreto na Câmara Americana do RJ

Foto: Helcio Magalhães



Robson Barreto (foto acima), presidente eleito da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro, toma posse no cargo no dia 17 de abril, em cerimônia especial, no Jockey Club, com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ao lado do novo presidente da Amcham-RJ, nesta gestão, estará o empresário GBrasil, Manuel Domingues e Pinho, da Domingues e Pinho Contadores, do Rio de Janeiro. O empresário será o novo diretor financeiro da entidade. Barreto integra um dos maiores escritórios de advocacia do país, o Veirano Advogados. Na solenidade de posse, o presidente do Banco Central fará uma palestra sobre as "Perspectivas Econômicas para o Brasil em 2009". O evento é aberto a associados e não associados, por adesão. Saiba mais em www.amchamrio.com.br

Negócios na Língua Portuguesa

O V Encontro Empresarial de Negócios na Língua Portuguesa, destinado à promoção de intercâmbio comercial entre os países que falam o português, acontecerá este ano nos dias 28 e 29 setembro, no Centro de Convenções do Ceará. O evento é uma iniciativa do Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil - formado pelas onze Câmaras luso-brasileiras de comércio existentes nesse país - e tem o apoio das instituições empresariais e governamentais dos países de língua portuguesa. A expectativa é reunir cerca de 1.000 empresários e profissionais diversos provenientes do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e comunidades originárias desses países localizadas na África do Sul, Argentina, Bélgica, Chile, Estados Unidos, Luxemburgo, Uruguai e Venezuela.

Club de Regatas do Vasco ganha barco da DPC

A Domingues e Pinho Contadores | GBrasil está investindo para fortalecer a equipe de remo do Club de Regatas Vasco da Gama. O empresário Manuel Domingues e Pinho doou ao clube um barco Four Skiff reversível em 4 SEM e que foi batizado em março com seu nome. A cerimônia aconteceu na Sede Náutica da Lagoa com a presença do presidente Roberto Dinamite, vice-presidentes, beneméritos, conselheiros, funcionários e atletas do clube do qual Pinho é sócio há 43 anos. Os novos barcos - seis ao todo, doados por diferentes sócios - estrearam na primeira Regata do Campeonato Estadual de Remo ocorrida em 21 de março. Não deu outra: a equipe do Vasco foi a vencedora com 90 pontos contra 79 do Flamengo.

Foto: Divulgação



Na foto, da esq. p/dir - Raquel Lammel Pinho, Roberto Dinamite (presidente do Club), Willian Lammel Pinho e Manuel Domingues e Pinho

Marcos Koche assume liderança do Sescap Tocantins



Foto: Renato Velasco

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Tocantins - Sescap/TO, instituição associada ao Sistema Fenacon, terá à frente até março de 2010 o empresário **Marcos Koche, da Contato | GBrasil**. Ele assumiu a presidência do sindicato com o pedido de licença de Gilvane Ferreira da Silva. O Sescap/TO congrega hoje cerca de 500 empresas do segmento contábil e também das áreas de assessoramento, perícias, informações e pesquisa. Uma das frentes de trabalho da organização sindical é a emissão de Certificado Digital para profissionais e empresas (e-CPF e e-CNPJ) e a melhoria da qualificação dos recursos humanos voltados para a área contábil. Para tanto, o Sescap/TO oferece infraestrutura, cursos e treinamentos aos seus associados.

CONTROLE FISCAL: SPED OU 'SPEED'?

O Sistema Público de Escrituração Digital pretende é isto mesmo: velocidade; romper as amarras da burocracia e fazer ir mais depressa a máquina estatal

POR MÁRIO MATEUS *

Mike Agliano/Corbis



Nestas minhas andanças por aí, não foram poucas as vezes em que ouvi as pessoas, ao se referirem ao SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, pronunciarem ora SPED, ora *speed*, sem saber muito bem do que se trata. Isso é perfeitamente compreensível, por ser uma sigla técnica, logo restrita às atividades profissionais ligadas à área.

Speed em inglês é um substantivo que significa “velocidade”, “marcha”, “celeridade”, “presteza”, “pressa”. Como verbo, *speed* pode ser traduzido como “ir depressa”, “ir a grande velocidade”, “apressar-se”, “correr”. Referindo-se ao SPED, curiosamente, muitos trocam o e pelo i, pronunciando ‘spid’, como a palavra de língua inglesa. Ora, SPED é a criação de um sistema de controle visando a dinamizar e dar maior velocidade aos órgãos do Estado. Vê-se, pois, não ser tão grave trocar o SPED pelo *speed*, já que o *Sistema Público de Escrituração Digital*

pretende é isto mesmo: velocidade. Isto implica romper as amarras da burocracia e fazer ir mais depressa a máquina estatal.

O SPED, dentre outras inovações implantadas pelos órgãos de fiscalização, caracteriza o momento fiscal em que vivemos, marcado por uma infinidade de siglas e obrigações, as quais, muito freqüentemente, tumultuam e afetam diretamente a vida do empreendedor e de todos os atuantes na área tributária. Na verdade, com a informatização, assiste-se a uma verdadeira revolução nos controles dos órgãos de fiscalização, tanto no âmbito federal

quanto estadual e municipal, tendo por objetivo formatar um único e potente banco de dados tão eficiente que permitirá uma imagem sem retoques de nossa vida fiscal.

O SPED foi instituído recentemente pelo Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, integrando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. De forma sucinta, pode-se definir como um projeto que aprimora a atual sistemática de cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelo contribuinte às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Tal projeto desdobra-se em três grandes subprojetos: a escrituração contábil digital (ECD), a escrituração fiscal digital (EFD) e a nota fiscal eletrônica (NF-e), em âmbito nacional.

Precisamos contextualizar a nossa realidade fiscal, para melhor entender o SPED. Vejamos por quê. Direta ou indiretamente, hoje

convivemos com uma série de obrigações, as quais alimentam o banco de dados do super-computador da Receita Federal, que recebe diversos codinomes, tais como T-Rex, Big Brother Fiscal, dentre outros. Esses dados têm origem na DIMOF, a Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira, pela qual as instituições financeiras têm de informar a movimentação de pessoas físicas, se superior a R\$ 5.000,00 no semestre, e, de pessoa jurídica, se superior a R\$ 10.000,00 no semestre. Temos também a DIMOB, Declaração Imobiliária, na qual as imobiliárias devem informar a movimentação de aluguéis e compra e venda de imóveis. E ainda temos a DOI – Declaração de Operações Imobiliárias – na qual os cartórios devem informar à Receita Federal do Brasil toda transação superior a R\$ 20.000,00.

Nesse emaranhado de siglas e obrigações, não se pode esquecer a DIRF, que, apesar de chamar Declaração de Imposto de Renda na Fonte, submete as empresas à obrigação de informar todo e qualquer rendimento de empregado, sócio e prestador de serviços acima de R\$ 6.000,00 no ano. E não paramos por aí, caro leitor. Ao DENATRAN cabe informar a compra e venda de veículos e motos.

Enfim, são tantas as obrigações alimentadoras do sistema e tão preciso o controle do fisco sobre os contribuintes que, em poucos

anos, a Receita Federal passará a oferecer a declaração de imposto de renda já pronta, apenas para a validação pelo contribuinte, o qual, nessas circunstâncias, deverá ficar atento e contar com a assessoria de seu contador a fim de que não cometa equívocos primários, caindo com facilidade na temida “malha fina”.

Tendo em vista este arsenal, continuamente aumentando o poder de fiscalização dos órgãos das administrações tributárias, recomenda-se ao contribuinte promover uma minuciosa revisão dos seus procedimentos e controles praticados nas áreas contábeis e fiscais.

Por isso, caro contribuinte, considerando-se a velocidade com que as coisas estão acontecendo, todo cuidado é pouco. Pode-se até confundir SPED com *speed*, afinal é um deslizeinho de pronúncia sem consequências e de certa forma coincidente com o objetivo do sistema público de escrituração digital. O que não se pode confundir e muito menos esquecer é o seguinte: o SPED é veloz e compatível com o rigoroso sistema de controle que exige do contribuinte planejamento e assessoria contábil de alto nível.

MÁRIO MATEUS é pós-graduado em ciências contábeis, advogado e diretor da Matur Organização Contábil | GBrasil, de Belo Horizonte-MG

30 ANOS ASSESSORANDO EMPRESAS EM LONDRINA

Constituída em 1979, a Contad Assessoria Contábil concentra suas atividades nas áreas comercial e industrial, assessorando essas empresas num amplo universo, das simples rotinas contábeis às mais complexas estratégias gerenciais.



Senador Souza Naves . 289 | loja 04
43 . 3324 4428
Londrina | PR

www.contadassessoria.com.br

AS BOAS PRÁTICAS DA INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

Sistema Aurora, formado por 17 cooperativas e 76 mil pequenos produtores rurais, trata a água que usa e produz biogás para consumo de suas unidades industriais de processamento de alimentos

POR AMANDA POLATO E CAROLINA COSTA

Em Chapecó (SC), Mário Fries cria 600 leitões e tem plantações de milho, soja e laranja. Cuida de perto da qualidade dos produtos que chegarão às mesas de milhares de consumidores. Desde 1989, quando se associou à Cooperalfa – uma das 17 cooperativas que formam a Aurora Alimentos –, Mário também se preocupa com o impacto ambiental de sua produção.

Hoje, ele recebe orientações relacionadas ao negócio em si e aprende novas técnicas de preservação ambiental. A ideia é que a sustentabilidade seja uma meta possível em todas as etapas da cadeia produtiva.

A Aurora é formada por mais de 76 mil pequenos e médios produtores como Mário, distribuídos em 332 municípios de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. “Todos são donos da empresa”, comenta Neivor Canton, vice-presidente da Aurora Alimentos.

A união tornou possível a construção de um conglomerado industrial, a Coopercentral, que é referência no Brasil e no mundo na tecnologia de processamento de carnes. A junção de cooperativas foi a alternativa encontrada para que os produtores pudessem disputar mercados em condições de igualdade com as grandes corporações do setor de carnes suínas, aves, rações e laticínios. Isso inclui expor-

tações para vários continentes e o atendimento a diversos pré-requisitos dos mercados internacionais. O sistema, reunindo as 17 cooperativas e mais a divisão industrial Coopercentral, faturou, em 2008, R\$ 6,60 bilhões.

As cooperativas têm forte compromisso social, já que a base do trabalho segue os princípios de apoio mútuo, gestão democrática e interesse pela comunidade. O sistema mantém centenas de famílias no campo, assegurando renda com a produção, e gera milhares de empregos diretos na indústria, movimentando a economia de pequenas cidades. Como todos têm parte da decisão do destino do grupo, uma das grandes preocupações tem sido com a preservação daquilo que dá moradia e sustento para as famílias: a terra.



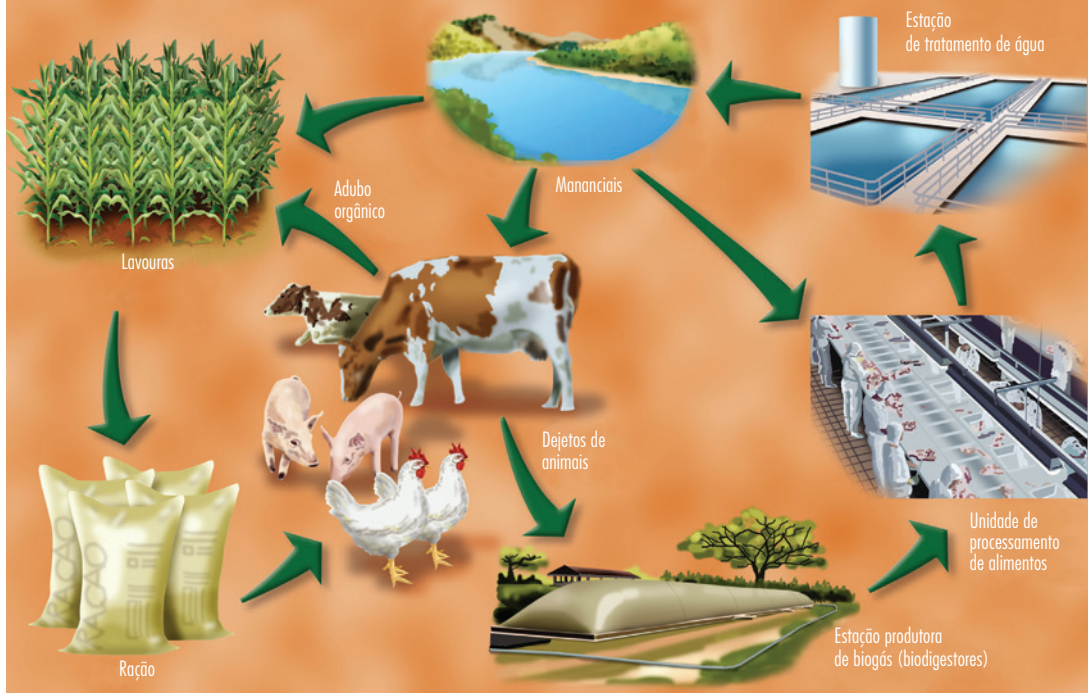
76 mil pequenos e médios produtores distribuídos em 332 municípios. “Todos são donos da empresa”, comenta Neivor Canton, vice-presidente da Aurora Alimentos

Economia de 40% com adubos

Além de assistência técnica frequente, todos os produtores associados à empresa recebem cursos completos de capacitação de acordo com o tipo de criação. Tudo isso já deu frutos importantes. Na propriedade de Mário Fries, nenhum dejetos de animais é jogado na terra. Tudo é canalizado, passa por um processo de fermentação e se torna um adubo riquíssimo em nitrogênio, usado nas outras culturas da fazenda. “Isso representa uma economia de aproximadamente 40% do que eu gastaria com fertilizantes”, afirma o produtor.

O CICLO AUTO-SUSTENTÁVEL DA AURORA ALIMENTOS

Ilustração: Marcelo Ventura



Vilson Locatelli também tem uma economia semelhante; mas, no caso dele, o fertilizante vem do esterco das mais de mil cabeças de gado. “É uma vantagem muito grande esse reaproveitamento, porque a terra por aqui é muito seca e o fertilizante orgânico ajuda muito”, afirma.

Gás natural em vez de fóssil

Algumas unidades da Aurora usam biodigestores para transformar os dejetos dos animais de suas granjas em biocombustível. Essa produção garante o fornecimento de 22 mil m³/mês de biogás usado na etapa de chauscagem dos animais nos frigoríficos de abate de suínos. Além de gerar uma economia de 20% em gás, reduzir a utilização de gás liquefeito – combustível fóssil não-renovável – e favorecer uma menor emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, a iniciativa já rendeu à Aurora uma série de prêmios na área ambiental.

“Estamos fazendo ajustes em toda a cadeia produtiva, no campo e na indústria, seguindo padrões mundiais”, explica Neivor. São esses ajustes que permitem à Aurora se manter competitiva num mercado até então dominado pelas gigantes Sadia e Perdigão.

Devolvendo água limpa ao ambiente

Um dos grandes cuidados que as cooperativas buscam ter é com a questão da água. Todas as unidades industriais dispõem de modernas estações de tratamento de efluentes, que permitem devolver ao meio ambiente águas que atendem aos padrões exigidos pela legislação ambiental. A Aurora mantém, ainda, um laboratório especializado em análises de contaminação das águas com o objetivo de proporcionar meios de monitoramento das estações de tratamento.

“Para nós, a água é uma preciosidade. Tudo o que usamos é reutilizado”, expõe Neivor. A água utilizada na produção e até na limpeza das fábricas passa por tratamento e retorna aos rios em condições quase idênticas em que foi retirada.

“Buscamos soluções para que o processo industrial ou a limpeza transformem o mínimo possível o status natural da água. Evitamos, por exemplo, usar metais pesados na produção.” A estratégia contribui para baratear o tratamento dessa água depois. Além disso, a mesma água devolvida ao meio ambiente voltará para as indústrias de novo, dando sequência ao ciclo.



Linha de processamento de suínos de uma das 28 unidades industriais da Aurora. À direita, o sistema de produção de biogás que abastece unidade de processamento de suínos.

Aproveitamento de resíduos

Tudo o que é sobra da cadeia produtiva tem destino certo: o reaproveitamento. Resíduos industriais – alimentos que não têm qualidade para consumo humano, por exemplo – são revertidos para unidades terceirizadas e transformados em biocombustíveis. Até óleos e graxas usados nas máquinas não são descartados. Em 2008, cerca de 13 toneladas desses resíduos foram destinadas a empresas de reciclagem.

Outra mudança implementada na cadeia produtiva é o rastreamento da produção. “Sabemos a origem de tudo o que usamos, até da ração dos animais”, afirma Neivor. Isso porque, cada vez mais, o consumidor exige saber a origem do produto que leva para casa. Com esse sistema, é possível ter um alto grau de controle e confiabilidade na produção.

Controle de origem dos animais

O produtor Mário Fries valoriza a mudança. Ele produz os leitões que depois são engordados em outras propriedades. “No frigorífico, eles sabem que aquele porco nasceu na minha fazenda, o que ele comeu, como foi criado”, conta. De acordo com o criador, o sistema aumenta a qualidade dos produtos, já que evita a entrada de animais clandestinos, criados à moda antiga e sem seguir os rigorosos padrões de qualidade.

Há ainda a vantagem de esse controle ajudar a identificar animais doentes ou com pro-

 O SISTEMA COOPERATIVO AURORA			
1	Cooperativa Regional Alfa (COOPERALFA)	Chapecó	SC
2	Coop. de Produção e Consumo Concórdia (COPERDIA)	Concórdia	SC
3	Coop. Reg. Agrop. Campos Novos Ltda (COPERCAMPOS)	Campos Novos	SC
4	Cooperativa Agrícola Mista São Cristóvão Ltda (CAMISC)	Mariópolis	PR
5	Cooperativa Agropecuária São Lourenço (CASLO)	S. Lourenço do Oeste	SC
6	Cooperativa A1 (COOPER A1)	Palmitos	SC
7	Cooperativa Agropecuária Videirense (COOPERVIL)	Videira	SC
8	Cooperativa Regional Itaipú (CRIL)	Pinhalzinho	SC
9	Cooperativa Rio do Peixe (COOPERIO)	Joaçaba	SC
10	Cooperativa Regional Auriverde (CRAL)	Cunha Parã	SC
11	Cooperativa dos Suinocultores de Lacerdópolis (COOLACER)	Lacerdópolis	SC
12	Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste (COASGO)	São Gabriel do Oeste	MS
13	Cooperativa Triticola Taperense	Tapera	RS
14	Cooperativa Agrícola Mista General Osório	Ibirubá	RS
15	Cotrijal Cooperativa Agropecuária e Industrial (COTRIJAL)	Não Me Toque	RS
16	Cooperativa Triticola Sarandi (COTRISAL)	Sarandi	RS
17	Cooperativa Triticola Erechim (COTREL)	Erechim	RS
	COOPERCENTRAL Reúne as 17 cooperativas Aurora e atua no abate, industrialização e comércio de carnes bovina, suína, aves, leite, rações, massas e, ainda, no desenvolvimento tecnológico e de assistência técnica aos seus 17 cooperados. Possui 28 unidades produtoras e 7 unidades comerciais	Chapecó (sede administrativa)	SC

Fonte: Relatório Anual Aurora Alimentos

blemas, que podem ser retirados rapidamente das propriedades, evitando, assim, complicações. “O esforço pela qualidade e pelo meio ambiente é grande. Só esperamos que o consumidor valorize isso tanto quanto a gente”, externa o produtor.

O PASSO-A-PASSO PARA SER UMA EMPRESA VERDE

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social dá dicas de como sua empresa pode contribuir para uma sociedade sustentável e justa

Não há uma receita pronta para colocar as indústrias no caminho da tão desejada sustentabilidade, analisa João Gilberto Azevedo, gerente executivo do Instituto Ethos.

“O importante é que cada companhia conheça o impacto que causa nos três pilares da sustentabilidade: no econômico, social, e ambiental”, recomenda. Para fazer isso, o Ethos recomenda uma autoavaliação, com base nos indicadores do Instituto. Trata-se de uma série de perguntas sobre todas as características e formas de atuação da empresa, disponível no site www.ethos.org.br. Conheça os primeiros passos a caminho de uma empresa mais verde:

1. Formação de um comitê

O Ethos sugere a formação de um comitê que represente a diversidade da empresa e que seja capaz de avaliar e tomar decisões em todos os campos de atuação, desde responsáveis pela contratação de pessoal, até administradores.

“Ainda é comum a visão de que o dono ou diretor da empresa é quem sabe tudo o que acontece”, lamenta João.

2. Conhecimento profundo sobre a empresa

O comitê será responsável pelo diagnóstico dos impactos sociais, econômicos e ambientais. Todas as práticas da empresa precisam ser avaliadas, do relacionamento com fornecedores ao destino dado aos resíduos da produção.

3. Busca de soluções

Os resultados da avaliação devem ser cruzados com o planejamento estratégico da empresa, para que se encontre um equilíbrio entre as mudanças a ser feitas e a manutenção do bom funcionamento da empresa. Muitas vezes, são feitos investimentos com pouco retorno, a princípio. Mas cada vez mais são encontradas soluções criativas, baratas e que fazem muita diferença para as comunidades e o meio ambiente. □

PREENCHIMENTO AUTOMÁTICO DA DASN. MAIS EFICIÊNCIA. MENOS DIGITAÇÃO.



Além da automatização do preenchimento do **DAS**, a Domínio Sistemas está lançando mais uma novidade que irá facilitar o seu trabalho: o preenchimento automático da **DASN** - Declaração Anual do Simples Nacional. Essa inovação elimina a necessidade de mais uma digitação, proporcionando muito mais tempo para realizar as outras declarações.



Contabilização de bens e direitos imateriais

► Com o advento da Lei nº 11.638/07, em qual grupo de contas serão contabilizados os bens e direitos imateriais e qual o valor a ser considerado para estes componentes patrimoniais?

RUI CADETE | GBRASIL RESPONDE – De acordo com o Art. 178 da Lei 11.638/07 e MP 449/2008, os bens e direitos imateriais deverão ser classificados no grupo Ativo Não Circulante, no subgrupo Intangível. Porém alguns bens e direitos imateriais podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como é o caso dos softwares, devendo, neste caso ser avaliado qual o elemento mais significativo e assim definir sua classificação como Intangível ou Imobilizado. □

Tributação em vendas de quotas de capital

► Qual a incidência de tributos sobre o lucro obtido por uma pessoa jurídica quando da venda de quotas de capital registradas no seu Ativo Permanente?

RG | GBRASIL RESPONDE – Na venda de componentes do Ativo Permanente deve-se apurar o ganho de capital que será acrescido à base de cálculo para efeito de incidência do Imposto de Renda - 15% - e do adicional - 10% -, quando houver, e, também, da Contribuição Social - 9% -. O Ganho de Capital é recolhido juntamente com o imposto incidente sobre as receitas da atividade. As receitas decorrentes da venda de bens do Ativo Permanente não integram a base de cálculo do Pis/ Pasep e Cofins. Base legal: art. 521 do RIR/99. □

Balanços anuais e a Lei 11.638/07

► Todas as empresas estariam obrigadas a cumprir as determinações da Lei nº 11.638/07 no que tange a ajustes de seus direitos e obrigações a valor presente quando do encerramento dos balanços anuais?

RUI CADETE | GBRASIL RESPONDE – De acordo com o art. 195-A da Lei nº 11.638/07, inicialmente estão

obrigadas a realizar ajustes de direitos e obrigações a valor presente apenas as sociedades por ações de capital aberto e as sociedades de grande porte (com ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual maior que R\$ 300.000.000,00). Esse ajuste aplica-se aos direitos e obrigações de longo prazo ou de curto prazo quando estes forem relevantes. Porém, a Medida Provisória nº 449/08, que trata do Regime Transitório de Tributação, obriga a partir de 2010 a adequação de todas as empresas do Lucro Real a essas mudanças. □

Distribuição de lucros x prejuízos acumulados

► Se a empresa possui Prejuízos Acumulados e apura um lucro inferior ao valor desses prejuízos, poderá distribuir parte desse lucro para os seus sócios?

RUI CADETE | GBRASIL RESPONDE – De acordo com o art. 189 da Lei nº 6.404, que não sofreu alteração pela Lei nº 11.638, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o I.R. Logo, a empresa que apurar um lucro inferior ao valor do saldo de prejuízos acumulados não poderá realizar distribuição de lucro para os seus sócios. □

Representação e administração de PJ formada por PJs

► Como uma empresa cujo capital pertence exclusivamente a pessoas jurídicas será representada contratualmente? Será administrada apenas pelos sócios cotistas?

RUI CADETE | GBRASIL RESPONDE – As sócias pessoas jurídicas serão representadas pelos seus sócios administradores, qualificados no preâmbulo do instrumento contratual. Porém a administração desta empresa, ora se constituindo, deverá ser feita por administradores não-sócios, conforme previsto no art. 1.061 do Código Civil, os quais poderão ser os próprios representantes das sócias (PJ) e/ou terceiros, uma vez que é vedada a administração por pessoa jurídica. □

Consulte o GBrasil: consultoria@gbrasilcontabilidade.com.br

Elevando negócios na Bahia



A Organização Silveira de Contabilidade há mais de uma década trabalha para fazer prosperar as mais distintas empresas e instituições da Bahia.

Ali, no Bairro do Comércio, junto a um dos principais pontos turísticos de Salvador – o Elevador Lacerda –, uma equipe de 126 profissionais reúne toda a sua experiência em serviços contábeis, fiscais, trabalhistas e de consultoria tributária, fazendo o que esse marco arquitetônico baiano faz há mais de um século: elevar.

A Organização Silveira tem orgulho em fazer parte de muitas histórias de sucesso em empreendedorismo. Nós acreditamos que os bons negócios, para transcender ao tempo e às intempéries, se erguem em bases sólidas, estruturadas e bem planejadas.

Ao investir na Bahia, consulte-nos.

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE CONTABILIDADE
Rua Torquato Bahia, 04 - 11º andar
40015-110 - Comércio - Salvador - BA
Tel. (71) 2104-5401
www.organizacaosilveira.com.br

ORGANIZAÇÃO
Silveira
CONTABILIDADE



Outsourcing em seu melhor nível

Gestão contábil
Gestão trabalhista e previdenciária
Gestão de tributos
Abertura e encerramento de empresas
Auditoria contábil e fiscal
Assessoria contábil, fiscal e trabalhista
Avaliação de empresas
Perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais
Mediação e arbitragem
Cisão, fusão e incorporação de empresas
Planejamento tributário

www.gbrasilcontabilidade.com.br

 **GBrasil**
Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade